



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia doze de março de dois mil e dezenove, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência do vereador Ederson Sebastião Pinto. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem devido ao horário e também parece que houve um probleminha no som, pedir a dispensa do Hino, por gentileza”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, dispensou a execução do Hino Nacional com nove votos. Senhor Presidente: “devido o falecimento da Dona Maria da Conceição, mais conhecida como Dona Mariquinha, que era viúva do ex-prefeito, senhor Rubem Lima, que foi prefeito de Nova Lima, foi presidente desta Casa, vereador desta Casa; era mãe do Roberto Lima que foi vereador e presidente desta Casa; mãe também da ex-vereadora, nossa amiga Ângela Lima, que foi Vice-Presidente desta Casa e secretária de educação. Consulto o Plenário...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes de o senhor consultar o Plenário, poderíamos incluir no mesmo ato também o Pablo Gurgel que é funcionário da prefeitura e morreu ontem?”. Senhor Presidente: “coloco em discussão e em votação um minuto de silêncio para a



Dona Maria da Conceição e para o Pablo, a pedido do vereador Silvânio Aguiar”. O Plenário aprovou as solicitações por nove votos. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias do dia dezenove e do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas, respectivamente, por sete e oito votos. Senhor Presidente: “leitura de correspondências. Solicito ao Secretário a leitura de correspondências”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima. Ata de reunião. Aos oito dias do mês de março de 2019, às 14 horas, compareceram na sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Nova Lima, na presença do Dr. Thiago Correia Afonso, Promotor de Justiça, as seguintes pessoas: Prefeito Municipal de Nova Lima Vítor Penido de Barros, Procurador-Geral do Município de Nova Lima Dr. Antônio César Ribeiro, o Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima Fausto Niquini, o Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Nova Lima Dr. Guilherme Fábregas Inácio, o Secretário de Administração de Nova Lima Jean Carlo Seabra Pedrosa e Chefe de Seção Leonardo Rodrigo Seabra Pedrosa. (Uai, eu já vejo aqui uma inconsistência, mesmo sobrenome tendo cargo de confiança com... E o Secretário são parentes, já cabe aqui uma ação de nepotismo, mas vamos lá). Aberta a reunião, foi exposto pelo Prefeito Municipal sobre a necessidade de urgência na tramitação do substitutivo PLC nº 1737/2018, em razão de reunião feita com o Ministério Público de Nova Lima em abril de 2018. O Promotor de Justiça esclareceu que na referida reunião



não foi estabelecido prazo pelo Ministério Público; foi questionado pelo Promotor de Justiça se as ações em curso contra o município estabeleciam prazo judicial para tomada de providências pelo município, tendo sido dito pelo Procurador-Geral que não tem conhecimento; o Prefeito manifestou preocupação com o trancamento da pauta na Câmara Municipal de Nova Lima em razão do pedido de urgência feito no substitutivo do PLC nº 1737/2018, tendo sido sugerido pelo Promotor de Justiça a retirada do pedido de urgência do referido PLC para que fosse destrancada a pauta; o chefe de seção Leonardo esclareceu que há um outro projeto de lei de votação conjunta com o referido PLC que detalha as atribuições de cada cargo efetivo e comissionado, documento este que não se encontra no IC 0188.17.000659-0 e se comprometeu a encaminhá-lo ao Ministério Público para análise; que Leonardo ainda esclareceu que o art.11, caput e parágrafo único do PLC nº 1737/2018 remete as atribuições dos cargos em comissão à lei de estrutura orgânica, que é justamente este projeto de lei (Mensagem nº 35/2018) que não foi encaminhado ainda ao MPMG; o Promotor ressaltou que somente recomendou a suspensão da tramitação do substitutivo do PLC nº 1737/2018 porque não tinha conhecimento do outro (Mensagem nº 35/2018) e neste ato determinou a extensão da recomendação nº 002/2019 ao Projeto de Lei de Mensagem nº 35/2018; (E aí, Presidente, se o senhor me permite, cabe só um parênteses aqui na leitura da ata, ela está se findando, que a gente não leu aqui no Plenário, a gente sabe do teor, mas não foi lida aqui a recomendação do Ministério Público. Então, eu acho que só para nivelar a informação, essa ata decorre... O senhor vai esclarecer depois? Que aí, eu deixo para o



senhor falar depois. Senhor Presidente: “eu gostaria que o senhor lesse na íntegra, depois a gente entra em discussão”). O Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, neste ato, resolveu acatar a extensão da recomendação ao Projeto de Lei de Mensagem 35/2018, que trata da estrutura orgânica do Município de Nova Lima; o Promotor de Justiça ressaltou a importância da manutenção da recomendação encaminhada à Câmara Municipal de Nova Lima, a fim de que seja analisada a constitucionalidade e legalidade dos projetos apresentados, evitando-se, dessa forma, providência a posteriori, após a aprovação dos PLC’s, como a remessa de lei para a Procuradoria de Controle de Constitucionalidade; o Presidente da CMNL manifestou-se no sentido de continuar cumprindo a recomendação ministerial de suspensão do substitutivo do PLC nº 1737/2018, bem como suspender também a tramitação do projeto de lei que trata da estrutura orgânica do Município de Nova Lima (Mensagem nº 35/2018), pelo prazo estabelecido; o Prefeito Municipal solicitou, nesta oportunidade, a retirada da urgência de apreciação do substitutivo do PLC nº 1737/2018, bem como do projeto de lei que trata da estrutura orgânica do Município de Nova Lima, tendo sido o referido pedido aceito pelo Presidente da Câmara. Nada mais disseram. Nova Lima, 08 de março de 2019. Assinaram esta ata o Promotor Dr. Thiago Correia Afonso, o prefeito Vítor Penido de Barros, o Procurador-Geral Dr. Antônio, o Presidente da Câmara Fausto Niquini, o Assessor Jurídico da Câmara Dr. Guilherme Inácio, o Secretário de Administração Jean Carlo Seabra Pedrosa e Chefe de Seção Leonardo Rodrigo Seabra Pedrosa”. Senhor Presidente: “solicito ao Secretário leitura da segunda correspondência.



Assunto: Encaminha fotocópia do Ofício 015/2019. Gabinete do Prefeito. Data: 12/03/2019”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima/MG; Vereador Fausto Niquini Ferreira. Motivado pela Recomendação nº 02/2019, editada pelo Promotor de Justiça, Dr. Thiago Correia Afonso, pela suspensão do projeto de reforma (Plano de Cargos e Vencimentos), participamos de reunião ocorrida na sede do *parquet* onde extraiu-se as seguintes conclusões: 1) Que a entidade denunciante (SINDSERP) apresentou apenas metade do projeto da reforma (Plano de Cargos e Vencimentos) deixando, por pura má-fé, de apresentar ou sequer informar a existência da outra metade da reforma (Estrutura Orgânica) projeto complementar ao primeiro; 2) Que a denúncia de defeito e ou irregularidade na Reforma Administrativa é vazia, pois a entidade denunciante no afã único e exclusivo de prejudicar a administração municipal tenta induzir o Representante do Ministério Público a erro; 3) Que pela simples analogia do número de cargos em comissão do projeto de Plano de cargos e vencimentos proposto com o número de cargos em comissão atualmente existentes, resta claro que não há aumento no número destes cargos e nem aumento de despesa pública. Diante disso, honrando compromisso assumido com o Promotor de Justiça, Dr. Thiago Correia Afonso, protocolizei o Ofício de nº 015/2019, em anexo, em data de 11/03/2019 e, no afã de atender aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, rogo a Vossa Excelência o deferimento da leitura do ofício em anexo, nesta sessão. Posto isto, envio-lhe votos da mais elevada estima e consideração. Atenciosamente, Vítor Penido de Barros, Prefeito Municipal”.



Senhor Presidente: “gostaria de solicitar ao Secretário, não foi lida a recomendação do MP porque não houve a reunião, mas todos os vereadores estão cientes da recomendação. Então, o senhor, por favor, leia a conclusão aqui”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito. Só para ficar claro para todo mundo que está aqui nos assistindo e pela TV também, a leitura da ata da reunião no Ministério Público, com o encaminhamento do ofício do prefeito são resultado dessa recomendação que vai ser feita a leitura agora. Em resumo resolve a recomendação: ‘Recomendar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, Fausto Niquini Ferreira, que suspenda a votação do PLC nº 1.737/2018, oriundo do Poder Executivo do Município de Nova Lima, que dispõe sobre a implantação do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Nova Lima, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento deste, até que seja realizada a análise pelo Ministério Público do Anexo IV – Tabela de Atribuições de Cargos de Provisão em Comissão. Ao tempo em que confiamos no atendimento à presente recomendação, informamos que a não adoção das providências recomendadas poderá implicar na adoção das providências extrajudiciais e judiciais a cargo do Ministério Público. Outrossim, requisita seja dada ampla divulgação à presente recomendação, publicando-a em jornal de circulação local. Nova Lima, 15 de fevereiro de 2019. Thiago Correia Afonso, Promotor de Justiça’. Presidente, só um momento, porque na verdade o ofício encaminhado pelo prefeito solicita que seja feita a leitura em anexo. Leio ou não?”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário para a leitura do anexo”. Vereador Tiago



Almeida Tito: “Senhor Presidente, deixe-me dar só uma sugestão? Bom dia”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu pedi a palavra primeiro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “quero só dar uma sugestão, Senhor Presidente, tirar o xerox, trazer para a gente, que fica mais fácil”. Senhor Presidente: “calma, o senhor dá a sugestão daqui a pouco. Com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu queria que o senhor me informasse sobre o projeto da reforma, pelo o que eu notei, disse má-fé do Sindicato. A má-fé é pelo fato que eu fui comunicado que eles mandaram somente a metade do projeto. É de estranhar porque desde setembro que se encontra na Casa esse projeto de reforma. Então, não houve várias reuniões por falta de quórum. Eu gostaria de saber, o senhor participou da reunião lá no Ministério Público, se a suspensão foi pelo fato de não ter mandado o projeto completo pelo Sindicato”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, acho que foi muito explícito aqui a leitura da correspondência e eu vou pedir para depois fazer um xerox e entregar uma cópia para cada vereador. Eu acho que foi bem explícito aqui a pergunta do senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “era exatamente isso que eu ia sugerir ao senhor, tirar um xerox e entregar para cada um as três vias que estão aí, porque aí dispensa qualquer questionamento, por isso que eu queria falar antecipadamente para evitar o questionamento”. Senhor Presidente: “é porque o vereador José Guedes tinha pedido a palavra primeiro. Com a palavra o vereador Álvaro Azevedo. Obrigado pela sugestão, vereador Tiago”. Vereador Álvaro Alonso Perez



Morais de Azevedo: “eu não participei da reunião do dia oito de março, lá no Ministério Público, mas fico muito feliz de ter acontecido essa reunião porque acredito que o Promotor trouxe serenidade tanto para esta Casa, quanto para o Poder Executivo, quando recomenda a suspensão da votação do projeto 1737. Mas eu gostaria também que ficasse claro para mim, por não ter participado, eu acho muito pouco provável que o Sindicato tenha entregado parte do projeto 1.737, o meu entendimento, vereador, é que ele entregou o 1.737, mas não entregou o 1.738, por isso que ele recomenda, em seguida, a suspensão também desse outro projeto. Então, ou seja, ele não entregou parcialmente o projeto 1.737 que é do plano de cargos e vencimentos, entregou esse projeto no seu todo, mas não entregou o 1.738 que trata da estrutura administrativa proposta pelo Executivo, e que os projetos, um ao outro, estão intrinsicamente ligados porque como a gente vai discutir estrutura administrativa da prefeitura lá com seus cargos, tanto comissionados quanto efetivos, se o projeto de plano de cargos e vencimentos está sob recomendação de suspensão da votação? Eu acho que o que foi colocado na ata, pela minha interpretação, seria isso, ou seja, não acho que... Má-fé eu achei uma palavra até pesada, eu acho eu não teve esse cuidado de entregar os dois projetos e somente o 1.737”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu dei um bom dia aqui, mas não ficou eloquente o bom dia a todo o público presente e quem nos assiste pela TV Banqueta. Só me tira uma dúvida, eu estou pedindo para tirar o xerox exatamente porque a gente escuta alguns posicionamentos e de forma respeitosa que eu faço, mas aí não está falando que foi denúncia anônima? Como nós





estamos mencionando aqui que foi o Sindicato? Tem a denúncia do Sindicato? É porque até então o que a gente sabe é que foi uma denúncia anônima que provocou o Ministério Público ou não?”. Senhor Presidente: “foi citado o Sindicato e outros”. Vereador Tiago Almeida Tito: “então, eles também denunciaram?”. Senhor Presidente: “foi citado o Sindicato e outros”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok. Seria importante, Senhor Presidente, a gente ter acesso a esses documentos para a gente analisar também”. Senhor Presidente: “com certeza. Consulto o Plenário para que seja lida a mensagem na íntegra do gabinete do prefeito. Em discussão. Faço a leitura ou não?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu estou vendo a discussão toda, eu acho que eu sou o único, eu não vejo necessidade dessa leitura porque o Ministério Público já oficializa, na outra reunião ele já diz o porquê, hoje ele firma o compromisso. Então, eu acho que a mensagem dele perde o foco, mas é a minha opinião”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “e o Executivo retirou o projeto ou só...?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “suspendeu”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é essa leitura que ele fala para tirar o regime de urgência”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é só tirar o regime de urgência, então ele vai continuar tramitando?”. Senhor Presidente: “não, não, está suspenso por sessenta dias”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu acho que então tem que ler porque aí vai ficar sem a...”. Senhor Presidente: “em discussão, com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só queria saber do que se trata o anexo, só isso, para que a gente possa deliberar sobre ele”. Senhor Presidente: “em votação, os



vereadores que concordam com a leitura na íntegra do ofício permaneçam como estão. Por favor, Secretário, faça a leitura na íntegra”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Ofício: 015/2019. Assunto: Encaminha projetos de lei e tece esclarecimentos. Referência: Inquérito Civil nº 0188.17.000659-0. Data: 11/03/2019. Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça; Dr. Thiago Correia Afonso. Em cumprimento ao acordado na audiência ocorrida em data de 08/03/2019, encaminho as fotocópias dos seguintes projetos de lei: Mensagem nº 34/2018, que encaminhou o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.737/2018 que “Dispõe sobre a implantação do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Nova Lima”; e Mensagem nº 35/2018, que encaminhou o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.738/2018 que “Dispõe sobre os princípios básicos, a organização e a estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Aproveito o ensejo para tecer algumas considerações. Para fins de melhorar a explanação abaixo, nominaremos a Mensagem nº 34/2018 como PLC / Plano de Cargos e a Mensagem nº 35/2018 como PLC / Estrutura Orgânica. Pela análise do parágrafo único, do art. 11, do PLC / Plano de Cargos resta claro que este projeto é obrigatoriamente complementado pelo PLC / Estrutura Orgânica; (Concordo, não é?) Isso porque o primeiro projeto, além dos cargos efetivos, cria os cargos em comissão, definindo suas atribuições gerais em seu Anexo IV e o segundo cria a estrutura orgânica do Município, definindo as atribuições específicas de cada unidade administrativa, atrelando os cargos em comissão às referidas unidades administrativas conforme lotação prevista no Anexo II. Assim, as atribuições gerais dos cargos em comissão (Anexo IV



do PLC / Plano de Cargos) e as atribuições específicas das unidades administrativas correspondentes a sua lotação (Anexo II do PLC / Plano de Cargos) devem ser somadas com o escopo de aglutinar as atribuições dos cargos (Anexo IV do PLC / Plano de Cargos) com as atribuições específicas das unidades administrativas (Anexo I do PLC / Estrutura Orgânica). (Eu quero crer que todo mundo está prestando atenção, todo mundo pediu para ler). Vide transcrição do trecho do parágrafo único do PLC / Plano de Cargos: “... Art. 11- ... Parágrafo Único. Além das atribuições constantes no Anexo IV, o ocupante de cargo em comissão deverá cumprir as atribuições da unidade administrativa, constante da lei de estrutura orgânica, para a qual seu cargo em comissão esteja lotado nos termos do Anexo II. ...” A título de exemplo, o cargo de Chefe de Divisão com atribuição geral no Anexo IV do PLC / Plano de Cargos, lotado através do Anexo II do referido PLC / Plano de Cargos na Secretaria Municipal de Administração junto à Divisão de Almojarifado deverá acumular a atribuição prevista no Anexo IV, do PLC / Plano de Cargos com a atribuição específica da unidade administrativa denominada Divisão de Almojarifado prevista no Anexo I do PLC / Estrutura Orgânica). Portanto, o servidor nomeado para o exercício do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Almojarifado deverá exercer as atribuições gerais do cargo de Chefe de Divisão (Anexo IV do PLC / Plano de Cargos) somadas com as atribuições específicas da Divisão de Almojarifado (Anexo I do PLC / Estrutura Orgânica). (Ou seja, ele está fazendo esse paralelo sempre do projeto 1.737 e 1.738, que eles estão muito ligados um ao outro). Friso que todas as unidades administrativas



(Seções, Divisões, Departamentos, Coordenadorias) nas quais os respectivos cargos em comissão estão lotados por força do Anexo II do PLC / Plano de Cargos estão descritas de forma minuciosa com as suas respectivas complexidades nos termos do Anexo I do PLC / Estrutura Orgânica. Friso mais, os dois projetos (PLC / Plano de Cargos e PLC / Estrutura Orgânica) foram protocolizados junto ao Legislativo na mesma data (21/11/2018) e, podemos afirmar que este Ministério Público está sendo induzido a erro por parte da entidade Representante, SINDSERP, que por má-fé não anexou a fotocópia do PLC / Estrutura Orgânica e nem informou Vossa Excelência acerca da existência do mesmo. (E aí aqui está fala que eu fiz explicando ao vereador José Guedes). Tal atitude por parte da entidade Representante, SINDSERP, visa atrapalhar de forma injustificada a otimização da estrutura administrativa municipal... (Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, deixe-me interromper só um minuto? A função do Secretário aqui é ler e não fazer comentários de cada trecho que vem de correspondência ou de projeto de lei. Então, eu peço ao senhor que oriente o Secretário a ler os projetos sem esboçar a opinião pessoal dele na leitura, que ele vai ter oportunidade depois, senão o senhor vai ter que abrir a palavra para todo mundo a cada parágrafo e fazer as discussões aqui”. Senhor Presidente: “Senhor Secretário, eu solicito ao senhor...”. Senhor Secretário: “não, o vereador tem razão”. Senhor Presidente: “eu solicito ao senhor que faça... Deixa para o senhor fazer os comentários do senhor no final da leitura e todos os demais vereadores”. Senhor Secretário: “perfeitamente”). Tal atitude por parte da entidade Representante, SINDSERP, visa atrapalhar de forma injustificada a otimização da



estrutura administrativa municipal trazendo com isso o conseqüente prejuízo da prestação de serviços públicos junto à população. Friso que a aprovação dos projetos de lei não traz aumento do número de cargos em comissão ora existentes e nem mesmo traz aumento de despesa. Repito os argumentos trazidos na mensagem ao PLC / Plano de Cargos: “... Friso que as alterações que integram esta proposição substitutiva não trazem aumento no número total de cargos em comissão constantes no Projeto de Lei nº 1.738/2018. Permanece o número total de 543 (quinhentos e quarenta e três) cargos. Passada a explanação acima, ratificamos a motivação da reforma trazida pelo Projeto de Lei nº 1.737/2018. Obedecido o princípio constitucional da eficiência, primando pela qualidade na utilização de recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social o Projeto ora proposto tem por finalidade estabelecer novo marco legal para permitir maior responsividade nos momentos de crise e garantir a racionalização da estrutura de cargos e vencimentos no município, reconhecer e valorizar o servidor público pelos serviços prestados, pelo conhecimento adquirido e pelo desempenho profissional, estimular qualidade e eficiência na efetivação do múnus do cargo e a vinculação do servidor ao dever de planejamento estratégico e proatividade na solução de demandas institucionais. Além de ser uma exigência constitucional (Artigo 39, § 1º), a elaboração de um plano de cargos e vencimentos para os servidores públicos municipais é uma medida administrativa necessária, pois traz grandes benefícios tanto à Administração Pública quanto aos seus servidores. O novo Plano observa a natureza, o grau de responsabilidade e a



complexidade dos cargos componentes de cada carreira e, também tem como objetivo adequar a administração municipal às novidades trazidas pela Lei Complementar nº 2.590, de 1º de agosto de 2017, que instituiu o Regime Jurídico Único Estatutário para os servidores, além de dispor sobre o novo Estatuto do Servidor da Prefeitura Municipal de Nova Lima. A iniciativa também fixa regras para a avaliação de desempenho, estabelecendo-a como critério para a progressão no cargo. Além disso, o presente Projeto de Lei extingue os cargos vacantes, instituídos por leis anteriores e não providos, a partir da entrada em vigor desta Lei. O Projeto de Lei também procede a renomeação de cargos de provimento efetivo, adequando-os a nova realidade da Administração Municipal, sem que isso traga quaisquer prejuízos aos servidores. Friso que a presente proposição substitutiva não traz nenhum prejuízo financeiro ao servidor.

...”. Bem como os argumentos trazidos na mensagem ao PLC / Estrutura Orgânica:

“... Um dos principais pontos a se destacar nesse Projeto de Lei é que ele não cria estruturas básicas na Administração Direta. Pelo contrário, por meio do princípio da eficácia, é proposta a redução da Regional Nordeste, que passa a ter suas atribuições e competências atendidas pela Secretaria Municipal de Governo. E mais, integra as Coordenadorias de Políticas Públicas outrora existentes junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que em virtude disso passou a denominar-se, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Vale destacar, por importante, que diversas unidades administrativas também tiveram seus nomes alterados para melhor ilustrar suas competências. Em resumo almeja-se uma



administração renovada, forte, dinâmica e disposta a entender e trabalhar cada vez mais para o desenvolvimento econômico e social da nossa cidade. A nova concepção de gestão contida na presente proposta de estrutura organizacional é fundamental para as mudanças que se deseja fazer e implementar para os próximos anos. Reitero que não há aumento da despesa, não havendo portanto, necessidade de encaminhamento de impacto orçamentário, eis que nada muda no orçamento, a teor do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. ...”. Diante disso, razão não assiste à entidade Representante. Certo de sua compreensão, requeremos a análise conjunta dos dois projetos (PLC / Plano de Cargos e PLC / Estrutura Orgânica) e a declaração de sua legalidade, com a conseqüente revogação da Recomendação nº 02/2019”. Senhor Presidente: “será entregue um dossiê da matéria para cada vereador”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

- 1) Veto do Poder Executivo a Projeto de Lei nº 1.728/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre os loteamentos de acesso controlado e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva, para emissão de parecer.
- 2) Veto do Poder Executivo a Projeto de Lei nº 1.731/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o ensino e prática do xadrez como complemento educacional obrigatório na disciplina de educação física”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira,



Alessandro Luiz Bonifácio e Wesley de Jesus Silva, para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.753/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre o registro, o acompanhamento e a fiscalização da exploração de recursos minerais no território do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.754/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o Encontro Jovem”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.763/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de custeio de Tratamento de Fisioterapia Intensiva Therasuit, Equoterapia e Hidroterapia pela Prefeitura Municipal de Nova Lima para crianças carentes com limitações motoras”. Após a leitura, Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu quero que o senhor consulte o Plenário para a dispensa de interstícios, das comissões e coloque em votação ainda hoje, por favor”. Senhor Presidente: “coloco em votação a solicitação do vereador Coxinha, a dispensa de interstícios e pareceres e votação ainda hoje, primeira e segunda. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos, aprovado”. 6) Projeto de Lei nº 1.764/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Institui Licenciamento Especial para estacionamento de veículo a serviço da Justiça Estadual de Minas Gerais”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 7) Projeto de Lei nº 1.766/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira,





que “Denomina Ginásio Poliesportivo Marcos Sant’Anna Martins ao Ginásio Poliesportivo do Bairro Jardim Canadá”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 8) Projeto de Lei nº 1.769/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima a criar o cargo público efetivo de Cuidador e Auxiliar de Cuidador para atuação na Rede Municipal de Acolhimento, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 9) Projeto de Decreto Legislativo nº 367/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Eduardo Costa”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Tiago Almeida Tito e José Guedes, para emissão de parecer.

Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu queria que o senhor pedisse ao Secretário para ler a justificativa do projeto que eu apresentei, o Projeto 1.766, porque não leu a justificativa, eu queria que fizesse isso para mim”. Senhor Presidente: “solicito ao Secretário que atenda ao pedido do vereador Boi, faça leitura da justificativa”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “por nada, Boi”. O Senhor Secretário proferiu leitura da justificativa do Projeto de Lei nº 1.766/2019. Após a leitura, Senhor Secretário: “feita a leitura, vereador”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado, Secretário”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.752/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza abertura de crédito



especial no orçamento do Município e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Nós até discutimos esse projeto em sessões anteriores, foi um erro na questão orçamentária, a gente já votou a inclusão do município nesse consórcio do instituto, e aí o município encaminhou para a gente esse projeto de lei, colocando a dotação orçamentária daquilo que vai ser repassado ao consórcio. Então, em decorrência disso e já de ter um parecer da comissão permanente da Legislação e Justiça, eu queria que o senhor consultasse o Plenário se a gente pudesse dispensar os demais pareceres das outras comissões e que a gente pudesse votar esse projeto na reunião de hoje, por gentileza”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa pareceres e interstícios e votação em dois turnos do Projeto de Lei nº 1.752/2019. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado. Gostaria de agradecer a presença do nosso amigo Jorge Barbosa. Está aí hoje marcando presença. Muito obrigado, Jorge. Agradecer também a presença aqui do nosso secretário regional, meu querido xará, o Faustão. Muito obrigado pela presença”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para registrar que a partir de hoje, o Jorge estará conosco aqui todos os dias, Presidente”. Senhor Presidente: “notícia boa”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “parabéns, Álvaro, boa aquisição. Um paizão que eu tive, me ajudou muito, onde eu estou aqui hoje”. Vereador Tiago Almeida Tito: “oh, cara que tem pai”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ele tem pai demais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é impressionante, esse não morre de fome de jeito



nenhum”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “mãe é só uma, não é, Coxinha?”.

2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 153/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.706/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dá nova redação aos artigos 23 e 24 da Lei Municipal nº 1.910, de 28 de dezembro de 2005, alterados pela Lei Municipal nº 2.524, de 20 de novembro de 2015”. A Comissão Especial emitiu parecer pela rejeição do Veto. 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.707/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Código Municipal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, no âmbito do Município de Nova Lima e dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da Administração Pública Municipal”. A Comissão Especial emitiu parecer pela rejeição do Veto. 5) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.723/2018, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Estabelece a obrigatoriedade de publicação em site institucional na internet das obras públicas municipais paralisadas, contendo exposição dos motivos da paralisação e outras informações”. A Comissão Especial emitiu parecer pela rejeição do Veto.



6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.750/2018, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Denomina Unidade de Saúde “Carmelita Penido de Barros” localizada no Bairro Jardim Canadá”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, pedir aos nossos colegas para acabar com isso hoje porque qualquer hora está para ser inaugurada a policlínica no bairro lá, dispensa de interstícios”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Boi, consulto o Plenário para que haja dispensa de interstícios e pareceres e seja votado ainda hoje esse projeto em primeira e segunda votação. Aprovado, nove votos”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado”. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Senhor Presidente: “por deliberação, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.750. Em discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, desculpa, quase que eu passo despercebido. Um projeto que é uma correção na Lei de Subvenção foi retirado de pauta, já houve a discussão em relação a esse projeto e ele não retornou à pauta. Como a gente vai proceder para que ele retorne para a gente discuti-lo? Porque o hospital vai ficar já prejudicado com essa questão dos repasses”. Senhor Presidente: “próxima semana, próxima terça-feira”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok, muito obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “esse é o projeto do vereador Boi”. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem. Eu queria entender, o Tiago fez uma pequena colocação. Qual é o projeto, Tiago?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o 67”. Vereador Flávio de Almeida:



“ah, tá. Bom, Senhor Presidente, entrou o 1.750, do vereador Boi?”. Senhor Presidente: “o Executivo retirou esse projeto, o líder; não é, Wesley?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foi, eu pedi retirada da pauta”. Senhor Presidente: “isso”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele foi retirado da pauta”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “semana que vem, então”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, retirada da pauta não precisa fazer protocolo de novo não”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “semana que vem está na pauta”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, mas não estava”. Senhor Presidente: “em votação”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, questão de ordem. O projeto que o senhor colocou em discussão é o 1.750, que denomina Unidade de Saúde Carmelita Penido de Barros?”. Senhor Presidente: “1.750, isso”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, eu sou morador antigo daquela região, eu sou antigo ali, eu lembro de cada metro de asfalto, eu lembro de cada poste de luz, eu lembro de todos que participaram daquela região. E o que mais me preocupa é que cada nome que vai se dando àquela região, à alguma unidade que vai surgindo, são nomes desconhecidos para a região e isso é preocupante, que uma região onde se mistura pessoas de todo país, de toda Minas Gerais, que tanto contribuiu para o crescimento daquela região. Quando eu falo contribuiu, eu tenho certeza que boa parte aqui, tirando o vereador Coxinha que entregava leite lá, boa parte nem sequer conhece, tirando José Guedes que está aqui há muito tempo também, muitos anos. Então, quando a gente vê esses nomes surgindo, a preocupação da nossa população lá em cima, quando eu falo a nossa população, eu falo aquela, lógico, que não está inserida no contexto de trabalhar



na prefeitura, eu falo as pessoas inseridas ali mesmo, com história ali, a gente fica muito preocupado porque os nomes não são dali. Quando você lê até a própria história, a própria justificativa, você vê que não faz parte do contexto daquela região e isso é algo preocupante. Esse é um dos motivos que hoje eu vou me abster na votação. Obrigado”.

Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, queria falar com o meu nobre amigo, nobre vereador, essa Dona Carmelita é a mãe do prefeito Vítor Penido, isso é porque ele está acabando a nossa policlínica, por isso, eu fiz essa homenagem a ela”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu fui citado. Eu acho que todo mundo percebeu que eu nem entrei nesse contexto de ser a mãe do nosso prefeito. Do nosso não, dos seus, do nosso ficou muito pesado, eu até passei mal aqui agora, deu até um aperto. Do seus prefeito. Eu nem entrei nisso porque isso é muito ruim, quando a gente entra nessa questão de família. Então, eu vou preferir não entrar nisso, mas vou só repetir que não faz parte do contexto daquela região. Obrigado”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster”. Senhor Presidente: “oito votos favoráveis, uma abstenção. Encaminho à sanção”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Abstenção do vereador Flávio de Almeida. 2) Senhor Presidente: “por deliberação, coloco em votação o Projeto 1.763/2019, em primeira votação”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem,



Presidente. Eu vou fazer uma sugestão ao ilustre vereador Coxinha que eu acho pertinente, Coxinha. Primeiro, o seu projeto cria uma limitação de idade no artigo primeiro. Então, qual é a sugestão que eu faço: que a gente tire essa limitação de idade para que as pessoas depois de doze anos também tenham esse acesso a esse tratamento. Aí eu sugiro a supressão da parte ‘de crianças carentes entre 0 (zero) e 12 (doze) anos’ para colocar pessoas residentes no município’, só isso. A segunda sugestão que eu faço no artigo terceiro: ‘é obrigatória a presença de pelo menos 1 (um) fisioterapeuta especializado nas Unidades de Saúde (hospital e unidades básicas de saúde) para atendimento e acompanhamento dos pacientes e suas famílias’, eu acho que se a gente manter o hospital, nós vamos incorrer em um erro porque o hospital não é municipal, ele é de uma associação, então nós teríamos que tirar e acho que muitas vezes tem lugares igual posto saúde que não precisa de um fisioterapeuta. Então, se a gente substituísse ‘é obrigatória a presença de pelo menos 1 (um) fisioterapeuta especializado nas Unidades de Saúde para atendimento e acompanhamento dos pacientes e suas famílias de acordo com a demanda’ no final, eu acho que nós não vamos onerar o município, vamos estar direcionando o profissional para onde de fato necessite e obrigando o município ao mesmo tempo cumprir o atendimento desses cidadãos. Eu quero deixar claro aqui, o senhor está de parabéns pelo atendimento dessa demanda. Eu mesmo já ajuizei algumas ações para pais e mães de famílias que não têm a cobertura do poder público. Então, você está de parabéns quanto à apresentação desse projeto que, de fato, atende pessoas que precisam do atendimento do poder público quando o poder



público não socorre”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso é emenda?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é emenda”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, o senhor aceita essa emenda?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “aceito. Queria até convidar os senhores que quiseram participar desse projeto, o vereador Tiago Tito. Que esse projeto eu não aceito vetar não, já estou até avisando o prefeito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pode contar comigo aí”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “por isso que é bom quando o senhor coloca essas emendas, porque eu sei que, se bobear, vai vetar e eu não vou aceitar não. Então, se os vereadores quiserem participar comigo, porque aqui nós votamos os projetos, depois nós quebramos os vetos. Eu já avisei o prefeito, eu estou falando de coração, se eu votei um projeto porque eu vou quebrar o veto dele?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu acho que com essas alterações, vereador, a gente estará inibindo qualquer tipo de discussão quanto ao projeto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me permite assinar o projeto?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “claro, isso que eu quero”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. A gente vota aqui denominação de rua, denominação de estabelecimentos públicos, que é claro é função nossa, a gente tem essa prerrogativa de fazer esse tipo de nomeações, mas dá um orgulho danado quando a gente vota um projeto igual esse que o senhor está colocando aqui hoje. Acho que o Dr. Eduardo não está aqui, que trabalha comigo, nós ajuizamos três ações contra o município e ganhamos, graças a Deus, o Dr. Cleber deu a liminar concedendo favorável a essas famílias que têm as crianças com paralisia cerebral. Acho que é louvável





também a iniciativa do vereador Wesley de colocar essa emenda para não limitar o público. Mas é um absurdo a gente viver ainda em um país onde as pessoas tem que ficar judicializando tratamento de saúde. É triste quando a gente entra com processo judicial, comprova a necessidade, demonstra a melhoria da vida dessas crianças quando ela faz esse tipo de tratamento e vê o município recorrer dessas ações, entristece a gente demais. Você pode estar certo, senhor vereador Coxinha, se esse projeto for vetado, com muito orgulho eu vou votar contra o veto do prefeito. Eu tenho certeza que ele não vai fazer isso, mas como muitas das vezes vai para a procuradoria e não chega ao conhecimento dele, como eles recorreram das ações que a gente ajuizou, muito provável eles vão querer vetar esse projeto. Você pode ter certeza, não preciso nem assinar com o senhor não, mas já tem o meu compromisso público, caso tenha o veto, que tem o meu voto contrário ao veto. Esse projeto, Nova Lima, a gente fica falando aos cantos que é referência na área de saúde, se é referência na área de saúde, porque não a gente ser referência também para essas crianças que têm paralisia cerebral, que merecem esse tratamento. O senhor sabe, o senhor tem em casa uma realidade e sabe da melhoria que seu filho teve quanto a ele estar fazendo esses tratamentos da Equoterapia, Therasuit e Hidroterapia, e sabe o custo que é para família. O senhor hoje está vereador, mas amanhã talvez o senhor não esteja, não estou torcendo para isto não, de forma nenhuma, mas o seu filho vai precisar do tratamento, vai continuar precisando do tratamento. Então, é muito louvável esta iniciativa, parabéns. Eu acho que de vez acaba com essa necessidade de a gente ficar judicializando esses três tratamentos para as pessoas que



mais precisam. Parabéns, conte comigo nessa proposição”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente. Eu queria, Coxinha, pedir ao senhor se eu posso assinar com o senhor”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “com certeza”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “com certeza, vereador doutor Fausto também”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como médico, como cidadão, como vereador, gostaria de solicitar ao senhor assinar também esse projeto com o senhor”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Senhor Presidente: “a gente sabe da melhoria, principalmente eu que já pude acompanhar uma criança no interior, em relação à equoterapia. Em seis meses na criança realmente houve, assim, uma melhoria, não só do bem estar dela, mas social. O senhor está de parabéns. Se o prefeito vetar, nós vamos derrubar o veto dele”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Senhor Presidente: “nesse projeto o senhor pode contar comigo. Em discussão a emenda do vereador Wesley de Jesus. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovada. Em discussão o projeto. Em primeira votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado. Em discussão, em segunda votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado. Encaminho à sanção”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, obrigado”. Vereadores que votaram a favor do projeto nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus



Silva. 3) Por deliberação plenária, coloco em votação Projeto de Lei nº 1.752/2019, em discussão, em primeira votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, qual projeto que é esse, 1.752? Por favor”. Senhor Presidente: “é de hoje. Referente ao Projeto de Lei 1.752, autoriza abertura de crédito especial no orçamento do Município e dá outras providências”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado pela boa vontade”. Senhor Presidente: “pedir aos vereadores para ficarem mais atentos aí”. Vereador Flávio de Almeida: “não, é porque o normal, Tenente, é que... Senhor Tenente, Tenente do Exército”. Senhor Presidente: “nove votos, aprovado”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “é porque, como a gente acostuma, isso é muito cultural, lê-se o número do projeto e fala...”. Senhor Presidente: “é porque foi hoje, ele foi dispensa de...”. Vereador Flávio de Almeida: “é só para a gente entender”. Senhor Presidente: “ok. É porque foi hoje, eu achei que estava fresquinho na memória”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado, Tenente”. Senhor Presidente: “em segunda votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado. Encaminho à sanção”. Vereadores que votaram a favor do projeto nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 4) Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar



nº 1.735/2018, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece alterações e acréscimos redacionais na Lei Complementar nº 2.590, de 1º de agosto de 2017, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “tem uma emenda, não é? Solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda apresentada, de autoria do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Já antecipo meu voto contra as emendas a esse projeto”. Senhor Presidente: “deixa ler primeiro. Leia a emenda, por favor, Secretário”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, na verdade, são várias emendas. Eu vou perguntar, da mesma forma que eu fiz da vez passada, as emendas foram já encaminhadas para os gabinetes? Todo mundo já teve acesso. Então vamos lá. Presidente, eu quero aqui relembrar um pouco o fato de que no ano de 2017 eu apresentei várias emendas ao projeto de lei que instituiu o estatuto dos servidores do município e naquela ocasião o prefeito solicitou que votassem contra as minhas emendas e o que é mais engraçado agora, o que é mais interessante, é que várias das emendas que o prefeito traz nesse projeto são cópias das emendas que eu apresentei que eu apresentei naquela ocasião, inclusive com erros de vírgula que eu coloquei sem querer e eles permanecem aqui na emenda apresentada pelo Executivo. Portanto, Presidente, não sei se é a vaidade ou o que quer que seja cegou o prefeito naquela ocasião e agora ele reconhece que algumas das emendas por mim apresentadas naquela ocasião realmente eram válidas no projeto. E aí, Presidente, só para citar, porque eu vou... Nós temos um impasse aqui nessa emenda apresentada pelo Executivo, por que? De técnica legislativa. Vários artigos que o prefeito apresenta aqui como... Esse projeto



de lei, na verdade, é emenda ao estatuto, o projeto todo são várias emendas ao estatuto. E por técnica legislativa, ele deixa de replicar parte do texto, ou seja, isso significa que ele está suprimindo do texto vários parágrafos, vários incisos. Eu confesso que eu não sei se ele errou, se a equipe lá errou, ou se realmente ele está retirando várias partes do texto. E se isso for realmente verdade e ele está querendo tirar parte do texto, o servidor vai ter, mais uma vez, prejuízo enorme na carreira. Então, eu não sei se a base, inclusive já foi passada para ela, se realmente foi um erro ou se foi feito com vontade de fazer isso, mas vamos lá. Se votar esse projeto na sua íntegra, o servidor perde mais uma vez. O artigo doze trazido aqui no projeto de lei é cópia da minha emenda em 2017. O artigo vinte é cópia da minha emenda em 2017. Cópia assim, na íntegra. O artigo cento e sete é cópia da minha emenda em 2017. O artigo cento e vinte e seis, cópia da minha emenda em 2017. Artigo duzentos e dezessete, cópia da minha emenda. Só para deixar isso claro. E que bom que tudo o que é bom se copia. O que acontece? A minha emenda replica todo o texto trazido já no projeto e eu trago aqui, o que eu quero combinar com os senhores para facilitar a leitura e reduzir a leitura, para não ler o projeto inteiro, eu vou trazer aqui basicamente só o que eu estou alterando, para não fazer a leitura toda. No artigo vinte e sete tem lá o inciso segundo, parágrafo primeiro e segundo. Não está trazendo no projeto de lei apresentado pelo Executivo, eu estou incluindo, porque como ele não escreve, é como se ele estivesse suprimindo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me permite? É só para eu entender, o senhor mandou a emenda e já que o senhor está fazendo alguns comentários, mas se o senhor achar que



não é pertinente eu me calo. No substitutivo do governo tem muitas coisas que estão na emenda do senhor que já estão aqui no substitutivo do governo, por exemplo, o artigo segundo, parágrafo segundo, ela é exatamente a mesma coisa, não é isso mesmo?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é o que eu acabei de falar, porque se eu não escrevo tudo, é como se eu estivesse suprimindo isso do projeto, é o caso que eu vou entrar agora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas se ele já está...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “e aí eu quero mostrar para os senhores, o Executivo apresentou um projeto, o 1.735, que são as emendas ao estatuto, isso é pacificado aqui entre todos nós. Só que partes do texto, quando ele não escreve de novo, por exemplo, ele cita lá o artigo, eu ia falar agora, artigo vinte e sete, ele põe aqui reticências, ou seja, quer dizer que ele mantém lá aquele texto e logo em seguida traz o inciso segundo. Depois do inciso segundo, existem os parágrafos primeiro e segundo, que ele não escreve e nem põe reticências, isso é técnica legislativa, ele está suprimindo do texto esse conteúdo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, perdão, pode ser uma ignorância minha, me perdoe se for e aí o Plenário me corrija, é porque o que eu não estou entendendo é assim: o governo mandou um substitutivo, no substitutivo do governo, eu vou pegar o caso concreto, se o senhor tiver aí, o senhor vai conseguir acompanhar o meu raciocínio. No caso concreto, o governo coloca lá: artigo segundo, parágrafo segundo. E o senhor coloca isso também como emenda, eu não estou entendendo a necessidade disso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “isso é técnica legislativa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “você me dá um aparte?”.



Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pode”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é exatamente na técnica legislativa, senhor vereador, porque aqui é emenda modificativa ao projeto, não está modificando o projeto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sim”. Vereador Tiago Almeida Tito: “então não é emenda modificativa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a minha emenda é o seguinte, quando eu trago a emenda modificativa, eu tenho que reproduzir o projeto novamente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não necessariamente, você podia colocar reticências, do mesmo jeito que o governo mandou”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sim, tem partes que está reticências”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a forma que está aqui e agora eu vi ao final aqui, que as alterações que tem mesmo, ‘Fica alterada a redação do artigo...’, está lá no final, que o senhor está fazendo alterações. Então, eu fico com dúvidas em relação se a emenda é modificativa ou não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não. Senhor Presidente, então vamos...”. Senhor Presidente: “calma lá, vamos organizar isso aqui primeiro, só dois vereadores discutindo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu estava com a fala, vou terminar, pode?”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou fazer uma sugestão: que o senhor pegue o jurídico da Casa e que a gente possa fazer uma discussão com relação a isso ali porque tenho uma dúvida”. Senhor Presidente: “o senhor quer que suspenda a reunião por cinco minutos?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, sim”. Vereador Wesley de



Jesus Silva: “deixa eu só fazer uma consideração antes, Presidente?”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “veja só, olha o caput da lei: ‘Estabelece alterações e acréscimos redacionais na lei complementar 2.590, de 1º de agosto de 2017 e dá outras providências’. A lei tem que mencionar apenas o que está sendo alterado e que está sendo incluído, não precisa trazer toda a legislação de novo. E mais, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, foi avaliado e já passou também por outras comissões. Então, eu acho essa discussão hoje é mais um empurra com a barriga do que é uma discussão de técnica legislativa em si”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vocês estão me colocando em uma situação que eu vou retribuir da mesma forma, vocês estão assinando um atestado de incompetência ao afirmar isso”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereador, respeite essa Casa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “baseado na fala do senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o senhor é o único competente aqui”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “baseado na fala do senhor, inclusive. Assinando atestado de incompetência”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o senhor é muito competente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “porque se o senhor traz o artigo e suprime o resto do texto, é como se você tivesse não considerando, você quer esquecer aquele texto”. Senhor Presidente: “reunião suspensa por cinco minutos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ótimo”. Decorrido o tempo, Senhor Presidente: “solicito ao





secretário a leitura das emendas”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, ali atrás foi dado o entendimento de que aqui trariam somente os textos que estavam sendo modificados, portanto, emenda modificativa. Só que o que eu quero colocar para os senhores, já falei com alguns ali, várias partes do texto que vêm no 1.735, elas estão *ipsis litteris* iguais ao estatuto, portanto, tem hora que o governo traz emendas que ele quer modificar, tem horas que ele replica o texto no artigo na integralidade. Então, existe realmente uma confusão por parte do Projeto 1.735. O que eu quero apresentar para os senhores é o texto que eu estou querendo alterar no Projeto 1.735. No artigo vinte e sete eu volto para o texto os parágrafos primeiro e segundo, já que os senhores têm a emenda aí, vai ficar fácil de acompanhar. No artigo quarenta e nove eu incluo o parágrafo quinto: ‘Fica assegurado a todos os servidores municipais, que, em virtude do exposto no caput, passaram a cumprir carga horária superior à cumprida antes da entrada em vigor desta lei, o aumento proporcional de sua remuneração ao aumento do número de horas trabalhadas, de maneira a cumprir o disposto no art. 37, XIV, da Constituição da República’. Incluo também o parágrafo sexto: ‘O disposto no parágrafo anterior aplica-se às categorias e carreiras que tiveram sua carga horária reduzida por lei ou por convenção coletiva de trabalho, devidamente ratificada por lei’. O artigo sessenta e três, Presidente, por um erro lá trazido no texto original, ele se refere ao artigo sessenta e dois, quando, na verdade, o correto é o artigo sessenta e quatro. No artigo sessenta e quatro, está aqui: ‘Para fazer jus à progressão o servidor deverá, cumulativamente’ e no inciso segundo eu mudo o percentual: ‘ter



obtido pelo menos a média de sessenta por cento' e não setenta. No artigo sessenta e cinco, eu faço a alteração aqui do percentual também: o preenchimento dos requisitos listados no artigo sessenta e quatro é condição para que a progressão seja feita com percentual de, ao invés de cinco, dez por cento sobre o vencimento. Eu estou voltando o percentual da forma como era original. O parágrafo único do artigo sessenta e cinco estava suprimido do texto original e eu estou voltando com ele. O artigo oitenta eu estou voltando também com o parágrafo único. E aqui eu altero os artigos noventa e quatro e noventa e cinco, quando lá fala que será facultado ao prefeito conceder gratificação para as diretoras escolares e mediante a quantidade de alunos existe um percentual, menos alunos, dez por cento, vinte, trinta por cento. Eu altero para o seguinte: será, não é facultado ao prefeito: 'Será concedida gratificação aos servidores públicos nomeados para o cargo de Diretor Escolar no percentual de trinta por cento sobre o vencimento'. Artigo noventa e cinco: 'Será concedida gratificação aos servidores públicos detentores do cargo de Secretário Escolar no percentual de trinta por cento sobre o vencimento'. O artigo noventa e seis, eu também faço uma alteração que é o seguinte: 'Os servidores que trabalham com habitualidade em atividades ou locais insalubres ou perigosos fazem jus a um adicional incidente' e o texto original era: 'sobre o menor salário da prefeitura'. Eu coloco: 'sobre o seu respectivo vencimento'. O parágrafo quinto desse mesmo artigo, eu também faço a mesma alteração, que para a Guarda está propondo um percentual sobre o menor salário da prefeitura e a minha proposta é que seja não sobre o menor salário, mas sobre o respectivo vencimento. Eu incluo no artigo noventa e nove,



parágrafo terceiro: ‘As horas excedentes trabalhadas serão compensadas em gozo à razão de uma hora e meia em gozo para cada hora excedente trabalhada’. Eu volto para o projeto de lei, no artigo cento e três, os parágrafos sétimo e oitavo e no artigo cento e seis eu faço uma inclusão de parágrafo único, que eu alterei o artigo, que é o seguinte: ‘A assistência à saúde em favor dos servidores públicos’ aí eu coloco ‘do Poder Executivo’, altero o texto e incluo o parágrafo único ‘A assistência à saúde em favor dos servidores públicos do Poder Legislativo de Nova Lima obedecerá às normas da lei 2.300, de 1º de novembro de 2012 e suas alterações posteriores’. Aqui no artigo cento e quarenta e dois, foi o que expliquei, vereador Silvânio, eu voltei para o texto todos os incisos, que a *priori* foram suprimidos. E por fim, Presidente, no artigo duzentos e treze eu incluo o parágrafo segundo: ‘Fica assegurado aos servidores que na data da entrada em vigor desta Lei, houverem cumprido mais de cinquenta por cento dos créditos de curso que confira escolaridade superior à exigida para o seu cargo efetivo, a percepção de gratificação por extensão de escolaridade nos termos do art. 73-A da Lei Municipal nº 2.023/2007’. Em resumo, são essas as emendas, Presidente”. Senhor Presidente: “em discussão as emendas do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só vou ressaltar que no que tange aos guardas municipais, é de acordo com a lei federal, que já fala sobre as remunerações e tudo o mais”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou me abster dessa votação. Sinceramente, eu acho que está muito confuso. Como a votação é hoje, eu prefiro me abster da votação da emenda”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda. Em



votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu estou acompanhando aqui e eu peguei o último projeto, o substitutivo. O vereador Álvaro sabe que várias vezes aqui eu já fiz, de forma eloquente, elogios ao cuidado que ele tem em relação à técnica legislativa e eu estou vendo aqui algumas inclusões que se remetem ao 2.590, algumas inclusões que o senhor fez dentro da emenda do senhor, alterando o 2.590, que não estava aqui no substitutivo. Aí no meu conceito, não é emenda modificativa, seria substitutiva. Então, em decorrência disso, eu permito também me abster, porque eu acho que está tendo um equívoco, na minha visão, eu posso estar equivocado, vereador, está tendo um equívoco em relação à forma de substituição de artigos e não está usando o termo correto, que seria não emenda modificativa, seria substitutiva. Por esse motivo eu me abstenho”. Senhor Presidente: “continuam em discussão as emendas do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, vou me abster também”. Senhor Presidente: “abstenção. Em discussão. Em primeira e única votação. Eu vou me abster também, mas eu vou me abster porque eu tenho vários pareceres jurídicos contrários ao Presidente fazer duas votações. Então, enquanto não for aprovada nesta Casa uma resolução para que ele tenha apenas o Voto de Minerva e salvo algumas exceções, eu estarei me abstendo de todas as votações”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Gente, desculpa, que eu vou... O Presidente trouxe à tona aqui uma questão dos dois votos do Presidente e eu quero me remeter ao senhor e dar os parabéns, porque isso é digno de uma liderança mesmo. Você podia ficar exercendo aqui o seu poder de votar duas vezes e eu acompanho essa



reunião de Câmara aqui deve ter mais ou menos uns dez anos, até antes mesmo de sentar nessa cadeira, essa honrosa cadeira e nunca vi, pelo contrário, eu vi vários Presidentes querendo usurpar o poder, de gestões anteriores, não estou falando dessa gestão nossa não, para ninguém se sentir atingido aqui não. Colocando, inclusive, esse absurdo de votar duas vezes. Parece que quem votou no Presidente, votou duas vezes, para ele votar duas vezes e não ter direito a um voto como qualquer um que está aqui. Então, a população de Nova Lima tem que ter ciência disso, da forma que o senhor está conduzindo essa Casa e eu deixo aqui registrado o meu sincero parabéns, porque não é qualquer um que toma uma atitude igual o senhor está tomando aqui hoje não. É digno de um líder, que sabe que cada vereador aqui representa parte significativa da população e que ninguém tem direito a dois votos aqui dentro. O senhor está de parabéns, eu acho que o senhor deveria colocar essa resolução o quanto antes aqui no Plenário e o senhor vai contar com meu voto em relação a acabar com essa inconstitucionalidade, na verdade, isso é inconstitucional, já foi provado isso aqui pela justiça. Então, parabéns, mesmo. Que o pessoal entenda, aqui se tinha o direito de o Presidente votar duas vezes e ele está abrindo mão, de forma correta, legal e o senhor podia simplesmente se abster e ficar calado e nem mencionar isso. E fico orgulhoso de ter dado o voto ao senhor para Presidente da Câmara quando o senhor toma uma atitude igual essa. Parabéns”.

Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que houve uma falha lá atrás. Qual Câmara no Brasil que é par? Agora eu pergunto, quando empatar, como é que vai ser?”. Senhor Presidente: “Voto de Minerva do Presidente”. Vereador



José Geraldo Guedes: “cinco a cinco”. Senhor Presidente: “Voto de Minerva do Presidente”. Vereador José Geraldo Guedes: “o Presidente tem que desempatar. Então? Já houve empate sim e eu tive a coragem de desempatar, no caso do IPTU. Eu fui massacrado. Eu tive, porque eu acho que quem tem um apartamento de cinco, três, dois, um milhão, não tem que pagar igual nós pagamos aqui na periferia não. Então, eu fui massacrado, tive a coragem e não me arrependo. Não tenho culpa de ter um erro lá atrás de Nova Lima ser par. Não. Sempre votei com minha cabeça tranquila, sempre desempatei, é obrigação do Presidente quando empatar, desempatar. Eu nunca vou ficar em cima do muro nessa Câmara, como eu nunca fiquei nos vinte e sete anos. Então, fica aí parabenizando o senhor, até merece. Só pergunto o seguinte, no dia em que empatar eu quero ver”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, exatamente, essa será a minha função, chama Voto de Minerva, empatou, eu desempato. Ok? Mas agora eu não vou votar duas vezes. No caso do empate, salvo raras algumas exceções, o Presidente votará, mas será votada aqui a resolução em breve. Mas no caso de empate, o Presidente está aqui também para desempatar”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. É só para a gente ser justo, vereador José Guedes. Na vida a gente tem que ser justo. Nesta Casa houve alguns momentos em que o voto do senhor foi importante. Eu acho que é a forma que coloca. A gente tem que sempre, nas nossas falas, lembrar que tem um ex-Presidente de Câmara aqui. Eu acho que essas falas que vêm atingir, isso é muito ruim sim. Então, houve alguns momentos do senhor que foram importantes. Nas casas do Jardim Canadá o seu voto foi importante, no projeto de lei



que beneficiou Água Limpa, acabando com o pessoal que queria tirar o povo de lá, foi importante e outros projetos mais. Então, a gente tem que voltar no tempo, ver a história e ver o momento que foi focado isso. Isso é importante. Então, na minha opinião, vereador, o senhor teve seus bons momentos e o voto do senhor foi importante sim”.

Vereador José Geraldo Guedes: “obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, vou deixar claro aqui, eu estava mencionando quem criou essa resolução, que foi o Nélio. Se é para citar o nome aqui, eu vou citar o nome. Não estou mencionando o ex-presidente que está aqui, José Guedes, não, de forma nenhuma. Agora, louvável aqui, a gente vai para outro campo, ao invés de a gente aplaudir uma decisão corretíssima do Presidente, a gente está resgatando de brigas aqui. Eu fiz a crítica ao vereador Nélio que colocou essa resolução e eu acho, acho não, eu tenho certeza que já foi comprovado pela justiça que é inconstitucional, estava-se dando dois votos”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, como líder”. Senhor Presidente: “com a palavra o líder de governo”. Vereador Flávio de Almeida: “de governo não. Aí o senhor me arregaçou”. Senhor Presidente: “líder do PT, Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou embora para casa e o senhor chama o suplente. Brincadeira, Senhor Presidente, eu respeito muito os líderes que virão aí. Hora nenhuma eu disse sobre a forma, eu disse que você tem que lembrar que tem um ex-presidente na Casa e que no momento o voto dele foi importante. É só isso. Mas eu não queria atingir não. Se toma chá estragado em casa, aí (...). Tem que prestar atenção nas falas”. Senhor Presidente: “muito bem. A decisão é minha, inclusive nós tivemos como



exemplo o IPTU. A justiça revogou exatamente porque no caso o Presidente votou duas vezes. Isso que eu não quero na minha gestão, José Guedes. Mas o senhor tem o mérito também. Se o senhor votou, ajudou, atrapalhou, isso não é problema meu. O problema meu é a partir do dia primeiro de janeiro de 2019. O que passou, passou”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu fui citado. Eu tive que votar para desempatar o IPTU. E se eu fosse presidente amanhã e surgisse, eu votaria novamente. E quero dizer que, em minha opinião, a justiça está errada, o Ministério Público está errado sobre isso aí. Eu fui informado que três procuradores que residem em Nova Lima que deram o veredito lá contra. Então, tem que saber isso. Fui massacrado, sou caluniado o tempo todo dizendo que... Eu nem posso falar o que a senhora lá dos Cristais me falou, não posso falar a palavra. Mas eu respondi: ‘a senhora aguarda que serão dez mil e quinhentas isenções para os pobres’. Isso ninguém falou. Então, foram lá na periferia, lá nos Cristais, me massacrar, falando que eu estava votando contra os pobres. Não, pelo contrário, haveria naquela época um tratado no papel que seriam dez mil e quinhentas isenções. Que dia que eu votei aqui contra o pobre? Se minha família é toda pobre, eu não sou rico, eu sempre defendi o pobre aqui. Jamais vou votar IPTU caro contra o que ganha salário mínimo, nunca. Então, foram lá, fizeram a cabeça do pessoal. Está na justiça, vamos ver. Nova Lima vai viver do IPTU, tem vinte anos que eu falo isso aqui, o minério vai acabar. Olha o desastre aí. Eu não sou burro não, eu sou Nova Lima, eu olho no todo, Nova Lima. Então, a Câmara vai curvar sobre, principalmente, o IPTU. Não que eles pagassem quinze mil, vinte mil, que paga na divisa lá de Belo Horizonte, mas que





pagassem uns cinco, seis. Tinha que conversar. Tem que pagar sim. Eu não posso concordar, Senhor Presidente, que na região do Biocor, ali noventa por cento daquelas obras lá, daquelas construções, são ilegais. Tem vinte anos que eu falo isso aqui. Documentação, construção de cinco andares, constrói quinze, vinte. Ninguém fala. Nova Lima, eu estou defendendo minha terra, eu estou defendendo meus filhos e meus netos para o futuro. Nova Lima vai sobreviver e viver sobre o IPTU. Belo Horizonte não tem um metro de terra. Nova Lima, territorialmente, é maior que Belo Horizonte”. Senhor Presidente: “vereador, conclui, por favor”. Vereador José Geraldo Guedes: “vou concluir, Senhor Presidente. Estou concluindo, trinta segundos. Nós temos o ouro, que são os nossos verdes, as águas e as terras. Então, os bacanas vêm para Nova Lima, massacram a gente aqui na Câmara o tempo todo. Alguns bacanas, tem muita gente milionária educada, que sabe conversar. Eles vêm pisar no pescoço. No meu pescoço, não vou abaixar a cabeça. Continuo falando, eu não sou escravo de voto de ninguém e não tenho medo, vou continuar falando o que eu pensar aqui dentro. Obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão as emendas, em votação. O vereador Tiago Tito absteve, o vereador Silvânio Aguiar absteve, o vereador Coxinha absteve, o vereador Fausto Niquini absteve. Soldado Flávio?”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor vai colocar para ser votado?”. Senhor Presidente: “está em votação”. Vereador Flávio de Almeida: “está em votação?”. Senhor Presidente: “estão em votação as emendas”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou votar com o vereador”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “meu voto é contra as emendas”.



Senhor Presidente: “vereador Boi. Vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “contra”. Senhor Presidente: “então, são dois votos favoráveis, quatro abstenções e três contra. As emendas foram rejeitadas”. Vereador José Geraldo Guedes: “os favoráveis, os dois vereadores, quais?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu e o Flávio”. Vereador José Geraldo Guedes: “sim, ok”. Vereadores que votaram contra a emenda: José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus. Vereadores que se abstiveram: Alessandro Luiz Bonifácio, Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. Vereadores que votaram a favor: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Flávio de Almeida. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Que bom que hoje eu não vou precisar deixar as minhas orelhas de molho, porque eu não as tenho de burro”. Senhor Presidente: “Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 1.735/2019, em discussão, em primeira votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, naturalmente as emendas, várias delas, tendo sido rejeitadas, mas entendo que parte do projeto também é positiva, eu vou me abster da votação”. Senhor Presidente: “eu vou me abster também”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou me abster também”. Senhor Presidente: “vereador Flávio se absteve. Vereador Tiago Tito, está em votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “perdão. Agora é nominal, eu voto favorável ao projeto”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “voto



favorável”. Senhor Presidente: “Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “favorável”. Senhor Presidente: “José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “favorável”. Senhor Presidente: “Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “favorável”. Senhor Presidente: “seis votos favoráveis e três abstenções, o projeto foi aprovado. Em discussão, em segunda votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu mantenho o meu posicionamento, Presidente”. Senhor Presidente: “uma abstenção”. Vereador Flávio de Almeida: “vou me abster também”. Senhor Presidente: “seis votos favoráveis, três abstenções, projeto aprovado, encaminhado à sanção”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que se abstiveram: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida.

5) Projeto de Decreto Legislativo nº 365/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Guilherme Caldas Emrich”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora envie moção de aplausos ao Prefeito Vítor Penido de Barros pelo carnaval



2019. Ressalta o brilhante trabalho do Secretário de Esporte e Lazer, Roberto Rabelo, que organizou de forma ímpar as festividades e a forma ordeira que os foliões desfrutaram o carnaval. Em discussão, o vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu gosto de carnaval e futebol. O pobre também tem direito ao lazer. E em nosso Brasil ainda podemos, no futebol e no carnaval, quem não tem condições financeiras, com o bolso zerado, ele pode no carnaval se divertir. Então, em Nova Lima nós tivemos cinco escolas de samba, o bicho pegava. Hoje tem uma escola que desfila, não tem concorrente, não tem muita graça. Eu sou um vereador que há quinze anos, eu que fiz um requerimento nesta Casa para que a prefeitura, que construiu tantas coisas em Nova Lima para entidades não merecedoras, construisse naquela época quadras para as cinco escolas, Rosário, Monte Castelo, a nossa lá dos Cristais, União do Morro. Você não tinha não, Cruzeiro não tinha escola de samba não e nem tem. Não, naquela época não tinha nada. Então, Retiro e Boa Vista, cinco. Na época ficava uma ninharia pela arrecadação da prefeitura, não fizeram. O que aconteceu? As escolas desapareceram, principalmente na periferia, não tem condições. Se nós tivéssemos a escola, cada uma tivesse a sua quadra, tinha o seu ganho, trabalhava o ano todo, o povo gosta de escola de samba. Então, eu fiquei muito revoltado, mas veio a alternativa, Belo Horizonte, na capital mineira, ela levantou o carnaval com os blocos. É uma coisa impressionante a quantidade de blocos que tem nos bairros de Belo Horizonte. Então, Nova Lima está aderindo também aos blocos, o carnaval aqui foi sensacional. Então, a gente, com pouca ajuda da prefeitura, por exemplo, a minha lá teve zero, eu não sei se eu sou mais feio



que os outros, eu não consegui, mas eu não vou ficar criticando. Eu não consegui nenhuma ajuda financeira lá para o nosso Boco União do Morro, que pertence a três bairros, Chácara, Cristais e Alvorada. Mas nós lutamos, eu tive que bancar noventa, oitenta por cento do bloco para voltar, com o meu dinheiro, porque também eu não vou ficar mendigando não. Então, o meu dinheiro vai dar o retorno para o pessoal mais carente. Então, para finalizar, espero que a prefeitura, para o próximo carnaval, continue na mesma linha, que serão criados mais blocos e mais. Escola de samba é uma coisa muito difícil. Um bloco, você pode sair com cinquenta, cem, trezentas, duzentas pessoas. Escola de samba são oitocentas, mil pessoas, tem que botar os carros alegóricos, fica oneroso, nós não conseguimos. Então, a não ser que a prefeitura construa as quadras. Então, para finalizar, nós de classe baixa, nós temos direito ao lazer, não é só trabalhar não. E continuando, quero parabenizar o Roberto, o prefeito, todos aqueles que trabalharam no carnaval, porque trabalhar no carnaval é cansativo, é difícil. Olha o Luís aí, quantos anos nós batalhamos no carnaval em Nova Lima? Então, lá, o Luís é uma das pessoas, que é um grande incentivador, não pelo dinheiro, que é uma ninharia o que a prefeitura dá. Fui informado aí que para uma banda tocar são seiscentos reais. Pelo amor de Deus. Então, o cara vai lá divertir, tocar por amor. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu faço coro às palavras do José Guedes. De fato, nós tivemos uma festa muito bonita, que é a festa do carnaval, muito bem organizado por toda a equipe do esporte, na pessoa do Roberto e do Pedro Paulo. Eu faço aí, Zé, coro às suas falas, de fato, merecidas”. Senhor Presidente: “em



discussão, em votação. Nove votos, aprovado”. 2) Autoria do vereador José Guedes: Requer que esta Casa realize homenagem aos cidadãos abaixo relacionados pela relevância dos serviços por estes prestados ao povo de nossa cidade: Leonardo Gonçalves Silva (Nado), Luís Pereira da Silva (Luís 7 Irmãos), Marcos Bernardo (Marcão da Banda), Associação Recreativa e Cultural Bloco Carnavalesco Unidos pelo Oswaldão, Cleverson Moreira dos Santos. Em discussão, o vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu sempre procurei homenagear as pessoas que se destacam em nossa cidade. A maior alegria minha é que não tem nenhum rico, a não ser o Marcão que, graças a Deus, venceu na vida, não é rico, mas um cara que está fazendo sucesso em Minas Gerais, eles fazem cinco, dez apresentações por semana. Então, nós temos que prestigiar. O Nado saiu dos nossos Cristais lá, da Rua Curitiba, jogando em nosso campo de terra lá, jogou no Villa Nova, jogou no Flamengo, jogou em vários clubes. É o Nado, filho do Moranga. O Luís Sete Irmãos nós não precisamos falar o sucesso do Luís com os seus irmãos, sua banda, o tempo todo levantando o nome de Nova Lima. O Marcão eu já disse. O Oswaldão foi criado no carnaval há três anos, é uma beleza, aquilo ali é bloco do Rio de Janeiro, o que eles fizeram lá, a apresentação deles lá. Eu conheço carnaval, eu assisto todos os desfiles. Então, o Oswaldão realmente, aquele bairro lá era muito carente, tem o Oswaldão que é um verdadeiro sucesso. O Clever aqui, filho da dona Dica lá dos Cristais, a família é um sucesso, família de músicos. E o irmão dele está no futebol, jogador do Villa. O Villa emprestou recentemente, saiu do futebol amador. Então, a família da dona Dica está de parabéns.



Tem o músico, o filho, o pai, os irmãos e tem o neto dela que é futebol, tenho certeza que ele será sucesso, é só dar oportunidade. Infelizmente o Villa Nova, na nossa fase que nós estamos, o Villa Nova não tem como ficar testando jogadores, não tem como testar jogadores. Então, um rapaz novo, o Villa emprestou e eu pedi que o Villa o emprestasse. O pai dele me procurou, eu falei: ‘eu vou lutar junto à diretoria’ e ele foi para um clube aí que eu não me recordo o nome, então eu tenho certeza que esse rapaz vai dar grandes alegrias ao Villa Nova ainda. Então, Senhor Presidente, é isso aí. Vou fazer uma grande festa para a entidade e para as cinco pessoas. Obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador José Guedes. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado”. 3) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer que o Poder Executivo Municipal, na figura do ilustre Prefeito Vítor Penido de Barros, remeta a esta Casa Legislativa projeto de lei que verse sobre isenção de IPTU de áreas atingidas e/ou evacuadas em decorrência de barragens de minério. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é louvável a ação do vereador Boi, mas, vereador, eu só vou votar essa indicação do senhor, se a gente mudar o texto dela. Eu não acho justo que o povo de Nova Lima arque com o IPTU das pessoas que estão em áreas que vão ser evacuadas ou que são evacuadas e a Vale fique tranquila nisso. Então, a minha sugestão é que a gente possa substituir o texto para que a administração, eu nem sei se tem meios legais de fazer isso, mas que a administração provoque a Vale para que ela sim arque com o IPTU dessas pessoas, mas a municipalidade arcar com isso, eu acho um absurdo”.



Senhor Presidente: “vereador Boi, atende à solicitação do vereador Silvânio Aguiar?”.

Vereador José Carlos de Oliveira: “pois não, pode fazer sim”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Boi. Em votação, nove votos, aprovado”.

4) A autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população da Regional Noroeste, que seja analisada a possibilidade de revitalização da Quinta Avenida no Bairro Vale do Sol. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “eu quero fazer a mesma sugestão que o vereador Silvânio colocou, e aí de forma muito respeitosa, Boi. Gente, quem ocasionou o estrago em Macacos foi a Vale, a Vale tem que pagar isso aí tudo, revitalização da estrada de acesso ao Passárgada. Ela que criou o impasse, as pessoas estavam vivendo de forma normal e aí veio esse problema, ocasionado pela operação da Vale. Ela que tem que custear a manutenção da via. Ela, se caso tiver a isenção, ela que tem que cobrir o pagamento do IPTU para a municipalidade. Então, assim, eu não me sinto à vontade de votar pedindo ao município para fazer manutenção de um estrago ocasionado pela mineradora Vale. Então, a não ser que o senhor também faça a alteração, eu vou votar contrário a este requerimento, em decorrência de que quem tem que fazer a manutenção e quem ocasionou os problemas em São Sebastião das Águas Claras chama-se Vale. Ela que tem que fazer todos esses reparos lá”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “pela ordem, vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou fazer jus à fala do Tiago Tito pela juventude dele, pela força dele nesse governo





Vítor Penido, mas é isso mesmo, ele tem razão sim. A estrada está ruim, foi ocasionada, mais uma vez, pelo show e o espetáculo causado pela Vale. Então, nós não podemos contribuir com a empresa Vale, pedindo para o Executivo fazer uma obra que é deles. Então, com a mudança do texto também, eu acompanho o voto”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu entendo perfeitamente que a Vale trouxe transtornos para o município de Nova Lima, principalmente para as pessoas dessa região, mas nós não podemos esperar da Vale resolver um problema da população. Eu espero que o município vá tomar providências para receber da Vale, ser ressarcido por todo prejuízo que ela trouxe para Nova Lima. Espero que o prefeito municipal, que também é presidente da Granbel, faça com que esse prejuízo, que não é só prejuízo de asfalto, é um prejuízo aos cofres públicos e também àquela comunidade que ali está. Então, essas manutenções dessa estrada, vereador Boi, salvo engano, se eu estiver errado, você me corrige, é uma manutenção que é de obrigação do município mesmo, é uma estrada que vem sendo do município. Então, eu voto com o vereador Boi, pelas reformas. E, caso seja ali visto que é ocasionado pela Vale, por causa da barragem o que aconteceu, que o município tome as providências para ser ressarcido”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “é do meu conhecimento que a Vale meteu uma cancela há vinte e tantos anos em uma estrada que é do município, fecharam a estrada. A Câmara lutou o tempo todo contra os poderosos e não conseguimos, fomos para o Ministério Público. O Nélio, presidente na



época, lutou o tempo todo com os vereadores da época para que eles abrissem aquela estrada, mas os poderosos não abriram. A proposta que eu estou sabendo que eles foram à prefeitura, que o pessoal de Macacos está exigindo que eles abram a estrada e que recuperem a estrada, até com calçamento. Eles vieram com a proposta indecente na prefeitura para a prefeitura pagar cinquenta por cento. Não tem que pagar nada não. Eles fecharam ali tem vinte anos. Quem sabe se essa estrada estivesse aberta, a prefeitura teria conservado aquela estrada? Não tem que pagar nada para a Vale não. O município não tem dinheiro para isso, já procurei o secretário lá, o André me falou que não tem condições, já deu a resposta para a Vale. E eu sou obrigado a votar contra esse requerimento, que um requerimento desses não tem força por lei de isenções, teria que ter um projeto e passar pela Câmara. Não é isso, vereador Flávio? Estou errado? Então, infelizmente, Boi, eu até pediria ao senhor para melhorar, retirar esse requerimento. Eu não gosto de votar contra requerimento de nenhum vereador, mas do jeito que está aí, isenção de IPTU, eu tenho certeza que o Vítor não vai contemplar pelo fato de ser um requerimento. Não é lei, não pode não. Ao contrário, nós temos é que arrecadar. A situação da prefeitura, se fecharem as minas, a prefeitura não, todas as cidades mineradoras. Minas Gerais, para quem procura saber o que está acontecendo no Brasil, Minas Gerais é o Estado mais fracassado financeiramente no Brasil, é o que tem mais dívidas, é de meu conhecimento isso. Aí nós vamos dar colher de chá para a Vale. Ao contrário, os vereadores não é massacrar a Vale não”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente”. Vereador José



Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, só para dar um aviso aqui”. Senhor Presidente: “conclua, por favor”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, infelizmente eu não vou poder comparecer, eu gostaria imensamente de comparecer, mas primeiro a minha saúde. Eu tenho uns exames para fazer em Belo Horizonte, eu tenho que ficar de regime de quatorze horas, amanhã, até no outro dia. E o senhor é médico, o senhor sabe os meus problemas. Eu não vou poder comparecer porque vou ficar muito fraco. Eu estou justificando, porque senão falam assim: ‘o Zé Guedes não veio porque é Vale’. Não, eu não vim porque eu vou estar de cama, eu tenho certeza, os exames que eu vou fazer. Infelizmente, adiou uma vez, caiu exatamente na data que eu gostaria de estar aqui. Obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, como eu moro na região, vim aqui com o pessoal do Morro do Chapéu, com o presidente, o vice-presidente, antes de acontecer essas coisas em Macacos, lá já estava estragada a rua, a avenida e a iluminação. Então, isso já era uma demanda anterior. Quem quiser votar, o meu requerimento está aí para o pessoal votar”. Senhor Presidente: “o senhor não vai alterar o requerimento não?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “não. Eu estou explicando ao pessoal, antes de acontecer, já existia um estrago na Quinta Avenida. Foi pedido por moradores do Morro do Chapéu, Passárgada, Quinta do Morro e o pessoal do Vale do Sol, foram eles que me pediram antes de ter acontecido esse negócio de Macacos. Eu prefiro ficar com o requerimento, quem quiser votar, fico satisfeito, quem não quiser”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu



gostaria de perguntar ao vereador, essas ruas que o senhor está requerendo aí não tem nada com problema da Vale? Do desastre causado pela Vale? Já existia o requerimento, então vou votar com o senhor”. Senhor Presidente: “em discussão. Em votação o requerimento do vereador Boi. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu voto contra, Senhor Presidente, como eu falei. A responsabilidade é da Vale lá, hoje”. Senhor Presidente: “uma abstenção, duas abstenções”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu voto contra, Presidente”. Senhor Presidente: “vou ter que anotar aqui”. Vereador José Geraldo Guedes: “justificativa de voto”. Senhor Presidente: “contra, Coxinha, Tito. Silvânio?”. Vereador José Geraldo Guedes: “justificativa de voto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “Álvaro? Só um minutinho. Favorável? Coxinha?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “contra”. Senhor Presidente: “Wesley, favorável. Boi, favorável. Justificativa de voto”. Vereador José Geraldo Guedes: “justificativa de voto. Eu votaria contra, como disse aqui. Votei a favor pelo fato que não tem nada, o requerimento do vereador, em meu entendimento, com o problema da Vale. Então, senhor vereador, eu não gosto, vereador luta pelo requerimento, vai à prefeitura, reivindica o tempo todo. O senhor é um vereador trabalhador, eu acompanho o senhor, eu votei favorável por isso. Agora, colher de chá para a Vale, não espere desse vereador nada não”. Senhor Presidente: “em votação, deu empate, o Presidente desempata, vou votar favorável ao requerimento do vereador Boi”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, justificativa de voto”. Senhor



Presidente: “justificativa de voto, Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “eu esperei todo mundo falar porque é o seguinte, porque quando foi feito isso, foram feitos tapa-buracos. A Vale quando desviou o trânsito, detonou toda aquela avenida e esta Casa hoje, mais uma vez, ajuda a Vale. A Vale que matou quase quatrocentas pessoas em Brumadinho, a Vale que faz um show. Então, esta Casa, hoje, entra, mais uma vez, para o hall dos aplausos e do show. Vocês, hoje, votaram a favor da Vale. Já foram feitos os tapa-buracos lá, a Vale deveria ir lá e fazer, essa é a função de uma empresa que destrói, de uma empresa que mata pessoas, de uma empresa que tira pessoas de casa fazendo show. Então, é só uma justificativa da minha abstenção, para amanhã não falar que eu votei contra o asfalto da região, porque é isso que boa parte dos politiquinhos fazem. Obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “concedido o aparte, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, até consultá-lo, a Vale confirmou presença amanhã na Audiência Pública aqui?”. Senhor Presidente: “sim. Lembrando que essa Audiência Pública é oriunda da Assembleia Legislativa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, tudo bem, mas vai ser aqui na Casa”. Senhor Presidente: “será aqui, está confirmado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque eu acho, senhor vereador Flávio, que amanhã vai ter espetáculo aqui de novo”. Vereador Flávio de Almeida: “de novo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque até agora ela não colocou no rol de discussões as retratações que ela precisa fazer na comunidade de São Sebastião das Águas Claras. E está tendo sérios problemas, ontem o prefeito até mencionou para a gente, a comunidade



não quer voltar para a escola, para a creche atual. Então, olha o caos que essa instituição... E eu estou falando aqui abertamente, não sou contra a mineração não. Nosso Estado se chama Minas Gerais, mas aquilo ali foi crime, a Vale tem que pagar pelos danos que foram feitos. Ah, mas não teve rompimento de barragem. Nossa Senhora, mas teve destruição econômica de São Sebastião das Águas Claras, destruição social. Então, por isso também que eu justifico, fazendo coro ao que o senhor disse. Essa estrada é a estrada que a Vale pediu para se modificar o trânsito para chegar a São Sebastião das Águas Claras. A partir do momento que ela assumiu, se tinha um, dois, quinze buracos lá, ela tem que assumir a manutenção da via, ela que ocasionou o problema na região. Então, por isso também do meu voto contrário. Ela tem pó de minério, ela tem equipamento, ela tem tudo para fazer isso, não o município assumir uma responsabilidade. O município já está tendo ônus aí, problemas sérios. O prefeito fala com a gente o tempo inteiro em decorrência dessa situação que foi lá. Como o senhor falou, infelizmente, um espetáculo foi feito lá, mas criou-se o caos. Então, quem criou o caos, tem que assumir a responsabilidade do prejuízo que está deixando para a comunidade. Por isso do meu voto contrário ao requerimento. E espero que amanhã a Vale não venha fazer aqui também um show, um espetáculo aqui”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só uma dúvida, a Audiência Pública é na Assembleia Legislativa”. Senhor Presidente: “não, não. Vou até aproveitar, fazer já que... A iniciativa é da Assembleia



Legislativa. ‘A Câmara Municipal de Nova Lima e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais convidam para Audiência Pública para debater os riscos de rompimento da barragem de rejeitos B3 e B4, das minas Mar Azul e Vargem Grande. Data: 13 de março, quarta-feira. Horário: dezenove e trinta. Câmara Municipal de Nova Lima’. Eu até solicitei ao deputado estadual Professor Wendel Mesquita que ele ampliasse essa discussão, não fique limitado só à B3 e B4, parece que são sete barragens. Então, amanhã, às dezenove e trinta, na Câmara Municipal de Nova Lima, mas com iniciativa da Assembleia Legislativa”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiro parabenizar o professor Wendel, que tem demonstrado interesse pela cidade, nos assuntos polêmicos. Segundo, trazer uma reflexão aos senhores, talvez possa ser pertinente para a gente estudá-la. A Vale manteve os royalties do minério para Brumadinho, na integralidade. Nova Lima teve um prejuízo incalculável no que diz respeito ao turismo de Macacos, muito prejuízo. Então, eu acho que uma das propostas que nós poderíamos correr atrás, endossar, seria que ela mantivesse os royalties do minério, mesmo não operando em Nova Lima, mantivesse no mesmo valor, no mesmo patamar e o município se comprometesse em fazer políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de Macacos que, sem dúvida nenhuma, foi um prejuízo muito grande, sem prejuízo das indenizações. Eu aconselho todas as famílias que se sentem prejudicadas ali e que foram retiradas de suas casas, que judicialize, levem ao judiciário essa demanda, cobra indenização porque, de fato, foram gerados prejuízos psicológicos, mesmo que não



físicos, mas psicológicos muito grandes para aquela comunidade”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, um minuto. No Brasil tem a mania de esquecer”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, vamos fazer o seguinte, vamos terminar a leitura dos requerimentos”. Vereador José Geraldo Guedes: “é um minuto”. Senhor Presidente: “depois o senhor vai ter a tarde toda para falar”. Vereador José Geraldo Guedes: “a tarde toda não, um minuto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “Secretário, por favor, a leitura do próximo”. Vereador José Geraldo Guedes: “questão de ordem, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “não, no final”. Vereador José Geraldo Guedes: “um minuto”. Senhor Presidente: “não”. Vereador José Geraldo Guedes: “é dentro da discussão”. 5) Autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que a secretaria responsável faça um combate sistêmico à infestação de caramujos africanos em vários bairros da Regional Nordeste. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou ser muito breve. Esse requerimento tem uma certa recorrência, já tem muito tempo nesse assento da Casa que a gente vem solicitando das administrações uma solução para esse problema. Lá no Alto do Gaia e Nossa Senhora de Fátima isso aí é terrível, as pessoas têm isso no terreiro assim, menino brincando. Eu penso que a administração tem que dar uma solução para esse problema, uma vez que o risco disso é muito forte, o senhor que é médico sabe do que a gente está falando. Então, fica aí o meu apelo para que a zoonoses, as secretarias responsáveis, a administração lá da regional, que ela possa ter esse olhar atento para essa questão lá nesses bairros que são citados”. Senhor Presidente: “eu gostaria de





assinar com o senhor esse requerimento”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor, eu acredito que o Alessandro Luiz Bonifácio também”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é, senhor vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vai ser uma alegria”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “se o senhor me permitir assinar com Vossa Excelência”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pode”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “e colocar o Bairro Cruzeiro também”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “infelizmente chegou no Bairro Cruzeiro também”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “com certeza”. Senhor Presidente: “então, acrescentando o Bairro Cruzeiro também. Em discussão, em votação. Com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar para o requerente que ele colocasse na Rua Chalmers também, casa de Mário Machadinha. Há muitos anos que a gente vem lutando com a infestação de caramujo naquela imediação ali, da casa do Mário Machado, final da Rua Chalmers ali”. Senhor Presidente: “o senhor atende, vereador Silvânio?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é lógico e agradeço pela contribuição do vereador José Guedes”. Senhor Presidente: “em votação o requerimento do vereador Silvânio Aguiar, nove votos, aprovado”. 6) Autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal encaminhe ao Poder Legislativo Municipal a listagem dos créditos de natureza tributária ou não, já devidamente constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, objeto ou não de execução fiscal, individualizados por contribuinte, a serem devidamente identificados, que podem ser objeto dos benefícios previstos na Lei



Municipal nº 2.668/2018, que ‘Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e remissão fiscal no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências’. Aprovado, nove votos. Senhor Presidente: “gostaria de consultar o Plenário para que tenhamos uma prorrogação de mais uns quinze minutos, porque estamos aí nas três horas de reunião. Trinta minutos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “faltam só três”. Senhor Presidente: “aprovado, nove votos. Próximo requerimento”. 7) Autoria do vereador Tiago Almeida Tito: Requer ao DD. Prefeito Municipal, Sr. Vítor Penido de Barros, que promova a extensão da rede elétrica na Rua Roberto Alvizi, Bairro Bom Jardim, nesta cidade, inclusive o calçamento, no trecho compreendido entre os números 690 a 325, conforme fotos anexas. Aprovado, nove votos. 8) Autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: Reitera ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que encaminhe ao Poder Legislativo Municipal: cópia do acordo de cooperação firmado entre o Poder Executivo Municipal e o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER/MG, que disciplina a transferência de responsabilidades concernentes ao trecho de aproximadamente 04 km da MG 030, próximo ao trevo do Condomínio Vila Castela, para o Município de Nova Lima; cópia dos projetos das intervenções de trânsito realizadas pela Prefeitura Municipal; justificativa sobre o porquê das intervenções de trânsito realizadas; nome da empresa responsável pelos projetos/intervenções; justificativa para a celebração do referido acordo de cooperação/convênio firmado com o DEER/MG. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou votar contra por dois



fatores: primeiro, que se o Executivo for justificar tudo o que ele vai fazer, as decisões que vai tomar, faz um colegiado então e não tem justificativa isso. Segundo, que nós temos um departamento, uma secretaria de segurança que não fez aquilo, a modificação do trânsito sem nenhuma participação, tanto é que no início, quem estava fazendo o controle era a Polícia Militar Rodoviária. Então, eu voto contrário só por esses dois motivos que eu apresentei”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Eu acho que todo mundo passa por ali, o acesso para BH, e descendo para Nova Lima, quando a gente passa em frente, primeiro ali, àquela intercessão, descendo a Milton Campos, aquele retorno que tem ali”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Vila Castela”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, antes do Vila Castela, descendo a Milton Campos. As pessoas hoje são obrigadas a, para melhorar ali, em vez de entrar no retorno, a seguir para fazer o retorno em frente ao Vila Castela. Quem sai do Vila Castela, por tachões que colocaram no asfalto, as pessoas não mais saem do Vila Castela e fazem esse retorno e fazem o retorno em frente ao Esopo. Gente, eu não sei se vocês já presenciaram, mas está perigoso demais, está muito perigoso porque é um trecho de alta velocidade, onde tem um trecho de curva para fazer esse retorno. Então, realmente, eu recebi algumas reclamações, relatos de pessoas que estão com dificuldades e ali praticamente se reúnem treze condomínios, Vila Castela, Vila Del Rey, Conde, Vila Alpina, enfim, vários outros, Village Terrasse e jogam todos esses carros para fazerem esse retorno em frente ali ao Esopo. Realmente está muito perigoso, portanto, essa é a



justificativa do meu requerimento, Presidente, para que a gente possa encontrar, enfim, uma solução melhor. Entendo que foram feitas ali adequações para tentar melhorar, mas essas tentativas, parte delas, ao meu ver e ao ver da maioria dos moradores dali, não estão a contento e estão colocando em risco a vida de moradores, enfim, essa é a justificativa”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento, em votação. Oito votos favoráveis, um contra. Aprovado. Próximo requerimento”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o último escrito”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, depois desse eu tenho um verbal, eu só fiz um escrito”. 9) Autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: “Moção de pesar. Dona Mariquinha ‘Maria da Conceição Dias Lima’ e Dona Edith Moreira, ainda viva, foram as precursoras do grupo Dorcas. Dorcas ou Tabitha é uma personagem bíblica do Novo Testamento que vivia em Jope e era conhecida pela dedicação extremada em favor dos pobres daquela cidade, ao ponto de costurar túnicas e vestidos para viúvas necessitadas. Segundo relatos em Atos dos Apóstolos (Atos, 9: 36-42) ela morreu e foi ressuscitada por Simão Pedro, estando, portanto, listada entre os setenta discípulos. Muitos vivem esperando ser úteis a alguém com aquilo que não possuem”. Senhor Presidente: “só lembrando e agradecendo aqui, que isso é uma colaboração do historiador Fernando Capeta”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois não, enfim, voltando para o requerimento então. “Grupo esse que sempre buscou a caridade como seu norte e ajudou dezenas e mais dezenas de pessoas necessitadas em toda Nova Lima. Dona Mariquinha nasceu em primeiro de junho de 1924 e era viúva de Ruben Costa Lima, ‘Parafuso’, que foi



vereador, presidente da Câmara e prefeito de nossa cidade, sendo também pai do advogado Roberto Dias Lima, ex-vereador e ex-presidente da Câmara, e de Maria Ângela Dias Lima Pereira, também ex-vereadora e ex-vice-presidente da Câmara, bem como secretária municipal de educação. Deixou, também, os filhos Rubem Filho, Rogério e Zizi, diversos netos e bisnetos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é de autoria de Vossa Excelência, não é, Presidente?”. Senhor Presidente: “é. Em discussão a moção de pesar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, o senhor me permite assinar junto com o senhor?”. Senhor Presidente: “claro”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu também, Presidente. Podia ser pela Casa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Senhor Presidente: “então, atendendo a todos, sairá em nome da Casa, lembrando como eu já havia dito, ela era viúva do ex-prefeito, mais conhecido como Parafuso, Rubem Lima, mãe do Roberto Lima, que já foi vereador nessa Casa, mãe da nossa amiga Ângela Lima. Então, fica em nome da Casa. Muito obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, tem mais um. Eu comi mosca aqui, é o último”. Senhor Presidente: “próximo requerimento”.

10) Autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: “Moção de aplausos para a Loja Maçônica Portal do Paraíso pela celebração dos seus vinte anos e a Loja Maçônica José Garibaldi pela celebração dos seus cento e vinte anos”. Em discussão, o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, se o senhor me permite, eu não gosto de fazer isso, eu realmente não gosto, eu acho isso piegas, mas assinar com Vossa Excelência”. Senhor Presidente: “eu não ligo não. Requerimento que eu fizer, alguém



quiser assinar, pode assinar à vontade. Fique à vontade, já assina de uma vez aí. Em discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “hoje, inclusive, vai ser comemorado lá”. Senhor Presidente: “em votação. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “terminou?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho um verbal”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também tenho um verbal”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu também tenho um verbal”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero, antes do meu requerimento, cumprimentar ali o presidente da associação do Bela Fama, Galdino, que está aqui hoje prestigiando nossa sessão e quero fazer um requerimento, Senhor Presidente, senhores vereadores, público que nos acompanha, ele é recorrente, já fiz esse requerimento ‘n’ vezes no ano passado, vou tentar repetir agora esse ano, ver se a gente consegue fazer com que a administração faça uma reforma, uma revitalização da Praça de Honório Bicalho. Eu tenho tido muitas reclamações de Honório Bicalho com relação às questões de manutenção, não só da praça, mas de várias manutenções lá em Honório Bicalho, mas essa praça me chama mais a atenção porque a gente tem Honório Bicalho como sendo o futuro, o Macacos de Nova Lima, a questão do turismo muito forte, de esportes radicais, de pessoas que encontram naquele local ali uma possibilidade de diversão e, infelizmente, a praça está naquela situação deplorável. No passado a gente conseguiu, Senhor Presidente, o posto da Caixa Econômica Federal foi explodido, infelizmente, não voltaram com ele para lá e aí, quando a população reclama com a gente, coloca das dificuldades que tem no bairro,



a gente é obrigado a baixar a cabeça e aceitar. Então, fica aqui o meu pedido, mas que eu vou trazer uma inovação nele, para além da praça, a questão da quadra de esportes. Nós fizemos um campeonato feminino lá esses dias, choveu. Aquela praça, como todos sabem, ela foi feita por intervenção muito firme minha aqui na Câmara e aí esse eu puxo para mim sozinho, porque foi através da Phoenix, o vereador Alessandro Coxinha sabe disso, idas e mais idas à Phoenix para a gente fazer com que eles cumprissem aquele acordo ali. Fizeram lá a sede da associação comunitária que precisa ser melhor usada e cobriram a quadra, porém, a cobertura da quadra, quando chove, cai água lá dentro por falta de manutenção também. Então, precisa fazer uma extensãozinha lá na cobertura daquela quadra para que as pessoas tenham mais qualidade de vida e mais qualidade na hora do lazer ali. São os meus dois requerimentos. Eu podia falar muita coisa de Honório Bicalho aqui, porque a questão fundiária lá dá vergonha e tal. Vítor esteve comigo, mas eu não vou. Eu vou acreditar e tenho conversado muito com o prefeito que essas intervenções vão ser feitas e eu estou com muita fé de que isso vai acontecer. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Senhor Presidente: “se o senhor quiser falar mais”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. Senhor Presidente: “se o senhor quiser falar mais sobre Bicalho, o senhor tem mais um minuto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “oh, que coisa boa. Pois é, então, se eu tenho mais um minuto, antes de ceder o aparte, eu penso que tenho que falar sim. A questão fundiária de Honório Bicalho, nós temos vinte e sete casas ou algo perto disso, perto do rio, que na administração anterior esse



processo já estava extremamente avançado e que foi parado. Com muita boa vontade, o diretor de habitação agora nos disse que vai encaminhar nesse processo e que essa regularização fundiária, que eu acredito até que o vereador Tiago saiba desse processo. A gente está lá lutando, estou caminhando com a comunidade na tentativa de fazer isso. E é lógico e evidente, quando o senhor me dá mais um minuto aqui, eu fico até em uma situação desconfortável, porque tem questão de esgotamento sanitário, têm questões lá de invasões e de regularização fundiária que precisam ser vistas lá, ou seja, nós não podemos julgar aquelas pessoas na rua. Honório Bicalho, eu tenho um carinho muito grande por lá e espero, assim, que a administração possa nos atender dentro do que é necessário para o bairro. Muito obrigado, Senhor Presidente, pelo um minuto a mais e vou ceder ao ilustre vereador Wesley de Jesus”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “inclusive, eu venho rogar a Vossa Excelência, que ano passado foi aprovada uma audiência pública da Phoenix Mineração para discutir contrapartidas não cumpridas; eu devo ter umas duas ou três audiências públicas aprovadas em Plenário que não foram marcadas e essa da Phoenix é importante. Eu ajuizei uma ação pedindo, cobrando o cumprimento de todas as medidas mitigatórias e compensatórias, tanto na Bela Fama, quanto em Santa Rita, no Galo e Honório Bicalho. Mas a empresa, eu tomei conhecimento essa semana que a empresa está voltando a operar em Nova Lima de novo. Não avisou ao município, não avisou à associação de bairro, fez a contratação de pessoal e vai colocar mais cento e quarenta carretas na estrada de novo, isso sem cumprir o acordo mínimo que ela fez, que era a





creche de Santa Rita, acabar uma praça que tem o córrego do Bela Fama e acabar uma praça que teria que ter em Bicalho. No Galo são novecentos mil reais em obra, no mínimo, de Bicalho, que estão faltando. Então, peço a Vossa Excelência que marque essa Audiência Pública, que a gente possa intimar a empresa para que ela possa comparecer aqui e a gente discutir esse convênio que foi celebrado com o município de Nova Lima”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, no aparte que cedi para ele, esse pedido do Wesley, na minha opinião, é muito pertinente e eu gostaria muito de fazer parte dessa comissão, dessa Audiência Pública, lógico, fazer parte aqui ativa na Mesa, na possibilidade de a gente cobrar sim. Bela Fama sofre e a gente acreditou na Phoenix, na possibilidade de eles fazerem aquela cobertura do córrego. Foram lá, nos enganaram, porque foram conosco lá, vereador Wesley. O pessoal da Phoenix lá, o gerente, as pessoas que são responsáveis pelo assunto foram lá e disseram: ‘olha, nós vamos fazer isso aqui muito rápido, muito rápido’. E, infelizmente, o Galdino está ali, ele não vai me deixar mentir, as pessoas convivem com o fedor lá diuturnamente. Teve uma vez que eu fiz uma reunião com o prefeito na casa da Sandra e, assim, estava terrível, além de mosquito, além de barata, além de rato, ainda tinha a questão do mau cheiro. Então, esse acordo foi feito com a Phoenix, eu participei desse processo e a gente quer exigir que a empresa cumpra. Apesar de que eu entendo que nós acabamos desviando um pouco o assunto do requerimento aqui, mas muito bem lembrado, parabéns e obrigado pela recordação aí”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu só quero aqui parabenizar



o vereador Silvânio Aguiar. Assino sim, com certeza. Quero parabenizar o vereador Silvânio Aguiar porque a praça, são várias reclamações, está abandonada. E quero também até fazer um pedido para o prefeito, para explicar os cargos que estão lá na prefeitura, o poder que o vereador tem. Tem gente que não está respeitando e não sabe o poder que o vereador tem. O que fizeram com o vereador Alessandro Coxinha, com o vereador Silvânio e com o vice-prefeito. E sabemos da culiagem lá, nós sabemos, nós não somos bobos; não é, Silvânio? Então, é para procurar saber, eu já conversei com o procurador do município para explicar a diretor, secretário, para explicar que o vereador tem o respeito. Ah, é vereador de oposição? O vereador pode ser o que for, mas respeita vereador desta Casa. Então, vereador Silvânio, eu sei do seu trabalho, sei muito da sua dedicação por Honório Bicalho, o senhor é um cara compromissado. E pode ter certeza, as urnas vão dar a resposta. Estão achando que nós somos bobos, estão fazendo política porca em cima da gente e a gente não é bobo. Então, parabéns. Honório Bicalho precisa de uma atenção sim, precisa. E não vamos nos recolher não, vamos entrar em Bicalho e vamos trabalhar para o povo. Eu não tenho medo, falou isso e isso de mim, eu não tenho medo. A justiça daqui uns meses vai mostrar se eu sou ladrão mesmo, porque eu vou lá no Fórum. Não adianta mandar pagar o povo para fazer, para falar não, porque vai ver. Vamos ver se ele vai pagar agora cesta básica, que vai ter que pagar cesta básica e depois não adianta me pedir desculpas na frente do juiz não. Então, vereador Silvânio, parabéns. Eu sei da sua dedicação, sei do seu trabalho e estou pedido ao prefeito, explique a esses diretores, secretários, o poder que o vereador tem. Vereador está rindo,



tem gente rindo do pedido. E está abandonado mesmo, vai ao João Marcelino para ver lá, está jogado. E se tem um representante lá, ele tem que trabalhar para todo lado. Ficar fazendo política porca? Desculpa o desabafo, Presidente”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o requerimento vai com a assinatura do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. É uma pena que o vice-prefeito não possa estar aqui, não faz parte da Casa, é lógico e evidente, senão, eu tenho certeza que ele também gostaria de assinar”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu não queria estender não, mas, como o vereador Coxinha colocou, parabenizando também o vereador Silvânio por essa, principalmente a questão da praça. Eu fiz a primeira edição da Caravana da Cidadania, uma prestação de serviços em que a gente tem o intuito de levar às comunidades e a maior reclamação que a gente teve lá também foi a questão de uma falta de espaço adequado para lazer das famílias, um espaço de entretenimento e eles colocam aquela praça como sendo uma praça de referência para eles e eles pediram muito que a gente pudesse lutar pela revitalização. Como isso é exclusivo do Poder Executivo, você fez bem em colocar o requerimento. E eu também estive nesse momento, que eu estava fazendo o evento, foi criado um grupo lá para boicotar ações de vereadores que fizessem no bairro. Eu, graças a Deus, eu vim da iniciativa privada e não aprendi a fazer essa política tão suja que as pessoas costumam fazer, de querer denegrir quem senta aqui nesse Plenário e se torna vereador. Eu acho que a política, não é possível que as pessoas não estão vendo os resultados das



urnas, que ela está mudando, ela está sendo transformada e a população não se engana mais com pão e circo, não se engana também com grupinhos, difamações que estão sendo feitas. Acho que cada um tem que fazer o seu papel, quem está pleiteando uma cadeira aqui tem todo o direito de pleitear, mas eu acho que primordial é ter o respeito, porque a partir do momento que você sentar aqui, talvez você vai ser o apedrejado, então não esquecer disso. E não me afetou, a gente fez o evento lá na maior tranquilidade, a população nos recebeu super bem e tem que dar parabéns a essas pessoas, o cidadão de bem que não fica nessa briguinha política e precisa que a prestação de serviços seja levada por mim, pelo Silvânio, pelo Coxinha ou por qualquer vereador que aqui estiver sentado e pelo próprio Executivo. É só depois também não reclamar que as portas de partidos, apoios de outros vereadores, vão estar abertas também. Aí vai entender lá na frente porque a gente faz a rejeição de alguns nomes. Mas é muito triste a forma que as pessoas estão fazendo política nesse país, principalmente aqui na cidade. Que isso sirva de lição. Quem ocupa cargo público tem que prestar conta para o cidadão, então não é só para um vereador, não é para si próprio, não é só para o prefeito, ele tem que prestar um bom serviço para toda população. E que isso se acabe. Eu acho que aí o prefeito tem esse direito e essa obrigação de reprimir qualquer ação desse tipo, porque isso é falta de respeito com o legislador que aqui está, seja da base ou seja da oposição. Então, desculpa fazer esse desabafo aqui, Senhor Presidente, mas como tocaram no assunto e isso ocorreu comigo lá também, mas a gente vai levando. A gente vai fazendo aquilo que a gente, dentro das nossas



possibilidades, fazendo o melhor, contra alguns que, infelizmente, querem fazer a política porca em nossa cidade”. Senhor Presidente: “eu gostaria de solicitar ao Poder Executivo que ele olhasse, com olhar especial, por Bicalho, porque nós temos até que aproveitar aqui a presença do secretário regional lá, o Fausto, que tem lutado incansavelmente pela melhoria daquele bairro e tem tido muita resistência; não é, Fausto? Então, acho que você tem que continuar na sua luta. O prefeito antes falava que não tinha dinheiro, mas agora a gente sabe que tem dinheiro nos cofres públicos e qualquer um de nós aqui vereadores que fizer uma visita lá em Bicalho, é uma comunidade agradável, um ambiente agradável e são pessoas que, realmente, precisam também de toda a assistência do Poder Público, não só saúde, como também o entretenimento para aqueles jovens, aquelas crianças. Então, eu solicito ao prefeito que dê mais atenção ao nosso secretário regional, o Fausto. Muito obrigado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, já que o senhor citou o secretário regional que está aqui, eu achei muito pertinente a fala do senhor. Esse processo todo o senhor sabe que parte da Secretaria Regional, o grupo é montado e fomentado por pessoas que estão ligadas a essa secretaria. Não ia falar nesse sentido aqui, de maneira nenhuma, mas me deixa muito triste isso, eu ter uma pessoa que é indicada como secretário da regional, não é essa a atribuição dele, mas tudo bem, como secretário da regional, que não consegue fazer e tem consciência que não pode fazer. E aí, eu não estou culpando-o, não estou culpando o Fausto por isso, de maneira nenhuma, mas ele tem ciência que ele não faz porque a administração não teve ainda o momento oportuno e as condições



necessárias para fazer, daí tudo bem. Parabéns, ele está tentando e eu tenho consciência disso, eu sei que ele está tentando porque eu vou num secretário, ele fala comigo: ‘o Fausto já esteve aqui conversando sobre isso’. Eu vou em outro: ‘ah, o Fausto...’. Agora, daí a fomentar aquela guerra que está em Bicalho, aí não, Fausto, eu falo olhando no seu olho, isso é maldade, isso é coisa de gente pequena, isso é coisa de gente que não pensa, isso não pode acontecer, porque do mesmo jeito que ele não consegue, e se ele estudou, ele sabe que na administração, que na política existe a separação dos poderes, que um executa, o outro legisla e fiscaliza e o outro cobra, que é o judiciário, mas se ele sabe disso, ele devia estar lá fomentando assim: ‘olha, preciso ir para a Câmara sim, buscar parceiro para me ajudar aqui’, não é boicotar um evento que esse cara faz. Levei rua do lazer para lá um dia desses, antes do carro parar, o fiscal já estava lá para tirar a rua do lazer para lá, num pedido que a administração tinha feito. A ânsia, a vontade de não deixar um vereador entrar é tão grande, que ele não buscou informação para saber se era a secretaria de saúde que tinha pedido ou não, simplesmente o fiscal foi lá para parar o negócio e não conversa também não. Eu nunca recebi esse senhor em meu gabinete e nem precisa. Mas eu acho que seria interessante uma pessoa que é da administração, uma pessoa que a administração sabe que precisa da base aliada aqui em baixo, eu acho que seria muito pertinente, seria razoável que essa pessoa nos procurasse, afinal de contas, eu fui o mais votado em Honório Bicalho. Ele foi, mas não ganhou. Eu fui o mais votado em Honório Bicalho. O Coxinha teve votos em Honório Bicalho, vereador Wesley teve votos em Honório Bicalho, vereador Tiago Tito teve muitos votos



em Honório Bicalho. Exatamente. Então, porque eu vou afastar justamente quem pode ser o meu parceiro aqui dentro? Quem acompanha o meu trabalho aqui, porque eu fui acharcado naquele grupo, mas não estou reclamando do grupo não. As pessoas têm direito de falar o que quiserem. O rapaz que é funcionário dele, o rapaz que mora no fundo da casa dele falou o que quis lá, com o apoio de quem estava lá, falou o que quis e eu fiquei calado, na minha. Me chamaram de bundão, ‘ah, não vai fazer nada não?’. Desculpa o vocabulário, TV Banqueta. Me chamaram de tudo que quiseram e eu fiquei calado, no meu canto. Porque, como o vereador Coxinha falou e, às vezes, as pessoas não sabem o poder que o vereador tem, eu penso que esse poder é dado pelo povo. E se estavam me chamando daquilo ali é o mesmo povo que me deu o poder que estava me cobrando uma ação e eu estou fazendo essa ação”. Senhor Presidente: “o senhor poderia concluir”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “estou terminando, concluindo. Eu imagino que se o senhor Fausto quer ver Honório Bicalho crescer, a primeira coisa que ele tem que entender é que as políticas públicas partem desta Casa, o orçamento é votado por esta Casa, as ações de cobrança naquele prédio que está lá do outro lado da rua vêm daqui. O governo está precisando do nosso voto aqui e nós vamos lá barganhar? Pergunta se eu não fui lá para barganhar as coisas para Honório Bicalho e você sabe disso. O que eu falei com Vítor? ‘Vítor, eu quero obra para as regiões que eu fui votado’. Eu vou terminar, Senhor Presidente. E é isso que eu espero. E falando olhando para você, Fausto, não tenho mágoa nenhuma de você, você nunca me tirou nada da vida e por nós não termos relações que são próximas, também nunca me acrescentou



nada. O meu gabinete está aberto para a gente sentar, negociar o que for preciso para fazer com que a região que você atua como liderança, porque você é liderança de seiscentos e tantos votos que eu reconheço, meu gabinete está aberto para a gente sentar, dar as mãos e ver a praça pronta, ver a praça da estação pronta. Mas eu não quero ver, igual Marreco que estava aqui: 'ah, lá não tem nada'. Não tem nada como? Escola de qualidade, ônibus passando lá dentro, posto de saúde, as ruas que estão minimamente organizadas. Como assim? Quando ele fala que não tem nada, eu acho que é um desrespeito a você, porque você é uma pessoa que é responsável lá. Conta comigo. Obrigado, Senhor Presidente". Vereador Wesley de Jesus Silva: "pela ordem, Presidente. Eu acho que todo mundo tem direito de desabafar mesmo. A gente está aqui, ganha pedrada mesmo. Eu penso que alguns posicionamentos vêm até somar para a gente mudar posturas e é aquilo que eu falo, é igual massa de bolo, quanto mais bate... Só jogam pedra em árvore que dá frutos, se não está jogando pedra, você não está trabalhando. Mas eu acho justo aqui, porque foi citado várias vezes o nome do diretor da regional, caso ele queira, na semana que vem, trazer uma explicação, que ele possa fazer uso da tribuna porque o nome dele foi citado algumas vezes. Caso ele queira, na semana que vem, pelo estender da hora, ele possa usar a tribuna para fazer as justificativas que ele achar pertinente. Eu acho justo". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, questão de ordem. O primeiro assunto é sobre a comissão que o vereador Wesley pediu da Phoenix, que é uma Audiência Pública. Eu, enquanto minoria, gostaria de participar, é só um pedido. Eu acho que a minoria sofre muito nesse





país”. Senhor Presidente: “eu até já criei a comissão aqui: vereadores Wesley, Silvânio e Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, se o senhor fez isso, eu vou até pagar seu almoço, porque eu acho que o nome que estava aí era o do Coxinha. Ele estava em seu ouvido, babando igual não sei o que”. Senhor Presidente: “ estava não. Vereador Wesley, vereador Silvânio e vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “eu acho que as pessoas que se consideram minorias nesse país vão se sentir representados comigo aí. Senhor Presidente, o outro assunto, o que é? Eu fui muito bem votado em Honório Bicalho e nunca tive isso, Fausto. Graças ao bom Deus eu nunca fui rejeitado em reunião nenhuma em Bicalho. Eu acho que a coisa é mais ou menos assim. Respeito todos os vereadores, respeito muito o senhor, o senhor sabe disso. Não vou entrar no assunto do senhor, porque eu acho que o senhor tem os seus motivos. Mas eu acho que o sentimento do povo é um outro negócio. Porque eu estive lá também, como eu não faço barulho, eu não faço essa algazarra toda, talvez seja de onde eu venho, então, eu me contenho mais. Mas eu acho que a coisa é um pouco mais séria, Presidente, a forma que é feita as coisas. Eu acho que quando você mistura a sua cadeira legislativa, que é o seu papel de vereador, que é o de fiscalizador, mas você vai lá e pega o bem público e mistura na sua festa, é aí que está o problema. A revolta lá das pessoas era exatamente essa, porque eu estive na reunião depois, é quando o vereador vai e usa a máquina para se autopromover. Então, o que eu vi lá foi essa revolta. E depois, em seguida, o que ocorreu. Não, mas eu não estou dizendo disso não, eu estou dizendo de algo mais sério. Não está nem na sua fala, eu nem assisti o que aconteceu



com o senhor, porque não faço muito isso não. Mas eu acho que quando o vereador vai lá em uma comunidade e põe aquele monte de equipamento, que você sabe que é o poder público, que é a máquina pública, mas o vereador está ali no meio. Não estou dizendo nome de ninguém, gente. Gente, isso causa um transtorno para esta Casa tão sério. Porque eu acho que se quer fazer um evento na comunidade lá de Honório Bicalho, vai lá e faz, mas faz do seu bolso. Quer fazer no Jardim Canadá, faz do seu bolso. Mas quando você faz uso da máquina pública, você põe equipamento lá milionário. Será que realmente nós podemos chegar aqui e discutir um assunto com a sociedade e colocar o presidente daquela comunidade, que eu não estou nem dizendo sobre regional não, numa situação que está aqui hoje? Eu acho que primeiro nós temos que tirar a trave dos olhos, vamos tirar a trave, vamos limpar. Vamos falar assim: ‘eu faço evento nas comunidades, mas eu faço é do meu bolso?’. Se for do seu bolso, parabéns. Mas fora disso, gente, quando você usa a máquina pública em prol de você, aí complicou. Você pode atender mil pessoas, porque a comunidade vai reagir assim. Honório Bicalho é uma comunidade que todo mundo conhece. Tem o Fausto e outras lideranças lá. Eu tenho sempre a minha votação lá, mas eu nunca vou fazer uso da máquina pública em prol da minha caminhada. Então, eu acho que a gente ouvir e a gente não falar essas coisas é um pouco pior. Não vou adentrar mais para não ofender vereadores. Se respeitar o meu direito de fala, pode ficar tranquilo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte, vereador?”. Vereador Flávio de Almeida: “eu não vou nem colocar nome nos brinquedos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte, vereador?”.



Vereador Flávio de Almeida: “é lógico, vereador, o senhor tem sempre o aparte. Aqui, se o povo chamou o senhor de bundão, eles erraram, porque o senhor está magrinho para caramba”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “só para esclarecer a população”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele me cedeu um aparte. Só para esclarecer a população, eu não vou render não. Eu entendo que o senhor não está falando para mim. O evento a que eu me referi e todos os outros que eu faço, quase que de quinze em quinze dias, os brinquedos são todos meus, comprados com o meu dinheiro, nem é com dinheiro de Câmara não, e carregados por esse menino que está sujo aí, os outros que estão sentados aqui e sem um tostão, mas sem um tostão mesmo de prefeitura ou de qualquer órgão público que possa... A rua do lazer a que eu me referi, que eu fui fazer lá, ela estava sendo carregada em meu caminhãozinho, com o meu pessoal, tudo o que estava lá era meu. Inclusive a gasolina do carro, ela não é, você pode conferir que ela não é da gasolina que sai aqui da verba da Câmara. É só para esclarecer”. Vereador Flávio de Almeida: “só para eu concluir, Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas eu entendi claramente, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “só para eu concluir. O vereador Silvânio não está fazendo nada mais que a obrigação dele, em pagar com dinheiro dele, por isso que eu falei com o senhor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte também, por gentileza?”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou. Vou só pedir aos vereadores que vão pedindo aparte, gente, eu tenho um problema, eu falo para todos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “e volta”. Vereador Flávio de Almeida: “mas não me deixem começar a dar nome não”.



Vereador Tiago Almeida Tito: “mas o que eu vou falar não é da fala do senhor não. É porque acabou-se aqui, e eu tenho que ser sincero, a colocação que eu fiz aqui, que criaram o grupo, não foi o Fausto, gente. É porque ficou parecendo aqui, acabou levando e nominaram. Foi outra pessoa postulante lá que criou e estou fazendo justiça aqui. Como citaram seu nome, Fausto, não tem nada a ver com você o meu caso em questão, pelo contrário, inclusive, nós somos até do mesmo partido. Você até ligou falando assim, da preocupação de a rua estar interditada, se não estava, se tinha autorização. Eu estou falando do meu específico, não tem nada a ver com você esse caso não, a gente sabe bem quem foi a pessoa que criou lá. Sei das suas dificuldades lá também, eu acho que você tem que somar mesmo com os vereadores que tiveram voto na região, porque é obrigação nossa tentar fazer alguma coisa em conjunto e lá tem mais de cinco mil votos, gente, lá dá para eleger dois, três, quatro. Se a comunidade se unir, podem eleger muitos lá”. Senhor Presidente: “Tiago, você foi muito feliz na sua fala. E Fausto, eu queria falar uma coisa olhando bem dentro dos seus olhos, apesar de ser meu xará, eu Faustinho e o Faustão, você continua sendo uma pessoa para mim de extrema confiança, é do meu partido, sou presidente do seu partido. Bicalho tem voto para os dez vereadores lá. Então, continue fazendo seu trabalho, na sua linha. O que eu já pedi, vou pedir novamente ao Executivo para te apoiar lá, para melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas. Agora, como muito bem disse o Tiago, eu tinha certeza que não teria nada a ver com isso. Então, semana que vem, se for do seu interesse, você terá seus quinze minutos na tribuna para dar as suas explicações, se você quiser. Achei bacana



também o Silvânio falar que as portas do gabinete dele estão abertas para você. Então, gente, isso aqui é a Casa do povo. Então, aqui é o lugar de resolver os problemas, principalmente se for com vereador. Então, se for da sua vontade, semana que vem você terá quinze minutos na tribuna para fazer. É isso aí. Em discussão, em votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos. Vereador José Geraldo Guedes, o senhor quer fazer uso da palavra?”. Vereador José Geraldo Guedes: “quero. Agora eu vou falar porque eu vou ter que sair”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho um requerimento”. Vereador José Geraldo Guedes: “me dá licença, questão de ordem, eu tenho que sair. Eu tinha que sair desde aquela hora. Falaram mais de duas horas aí, eu pedi só um minuto, vai ser só um minuto. Eu estava dentro do contexto, eu poderia ter falado, eu pedi questão de ordem e não fui atendido. Então, pedir ao Senhor Presidente, que eu não vou poder estar na Audiência Pública, que o senhor lembrasse aquele pessoal, porque o brasileiro esquece das coisas, lá na boate do Rio Grande do Sul morreram trezentas pessoas, não se fala mais nada, Ninho do Urubu morreram dez jovens, o Flamengo, que é o meu time de coração, gastou cento e vinte e oito milhões em três contratações. Mariana? Ninguém fala mais nada. Está falando aí pouquinho pelo fato de Brumadinho, em Brumadinho morreram trezentas pessoas. Que a imprensa, principalmente em Nova Lima, e os vereadores, nós não podemos deixar essa chama apagar, nós não podemos. Porque vão engolindo, engolindo, eu citei os casos aqui. Então, eu fico muito chateado, eu, como pai, como avô, ver trezentos jovens morrerem em uma boate. Falam alguma coisa? Está lá, está parado na justiça. Então, eu



pediria ao senhor que nessa Audiência Pública, tenho certeza que vem muita gente, para eles não esquecerem não. Passam dois, três meses, um ano, esquecem tudo. Nós temos que cuidar da nossa cidade, principalmente no caso da Vale. Ninguém é contra operações de Vale aqui não. Se a Vale fechar, nós estamos ferrados na cidade. Mas eles têm que cumprir com suas obrigações, dar garantias de vida. A vida é tudo. Obrigado”.

Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiro eu quero dar os parabéns para a Rúbia, que fez aniversário nessa semana, colaboradora anos e anos na Casa. E ressaltar aqui a importância do Dia das Mulheres, ninguém falou, nós não temos uma mulher vereadora na Casa, mas é uma data que tem que ser comemorada mesmo, pelos direitos que elas adquiriram ao longo do tempo. Meu requerimento é rápido, é pedir ao prefeito que faça a regularização fundiária do local chamado Pedra Azul, no Alto do Gaia, e uma parte da Fazenda do Benito. Eu estou formalizando porque eu já pedi, mas estou formalizando aqui na Casa, que eu acho importante essas regularizações fundiárias, que elas ocorram no município, que o prefeito possa entregar o maior número de títulos para os moradores que ali estão, que de fato dependem daquela moradia. E eu não vou fazer o requerimento agora, mas na próxima semana, devido ao horário, porque vai dar uma discussão ampla, sobre Santa Rita, que eu acho que nós precisamos, mais uma vez. Sei que o vereador Alessandro Coxinha já discutiu isso em Audiência Pública, mas eu acho que nós precisamos ajudar aquela comunidade em um acordo que está sendo celebrado com a Renascer e a Anglo, a gente precisa acompanhá-los principalmente no que diz respeito



aos direitos deles. Então isso aí eu falo na próxima, tenho certeza que vai dar muita repercussão. Meu requerimento é esse”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o requerimento do vereador Wesley de Jesus. Nove votos, aprovado. Mais algum requerimento verbal? Quarta parte, apresentação de oradores inscritos, inexistente. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos, uma boa tarde a todos”.

---